

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rhuan Targino Zaleski Trindade

*A divisão das oposições e as oposições divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul*

Porto Alegre  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rhuan Targino Zaleski Trindade

*A divisão das oposições e as oposições divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul*

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a conclusão do curso de Licenciatura em  
História ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2011

## **AGRADECIMENTOS**

Há muitos que agradecer pela ajuda na realização deste trabalho de conclusão de curso e também que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Devoto gratidão para minha mãe, Marli Zaleski pela atenção, amor, carinho e ajuda incondicionais, durante toda minha vida e pela paciência em especial no período tenso da realização deste trabalho.

Agradeço ao meu pai, Antônio Trindade Filho, pela firmeza e exemplo de dedicação, e também pelo amor e preocupação com meu futuro.

À minha irmã, Cássia, pelo tempo em escutar minhas dúvidas e por achar meios de me distrair nas fases mais difíceis e angustiantes.

À minha namorada, Letícia Klimick de Freitas, que também fora paciente e esteve ao meu lado em todos os momentos, além de ajudar com as formalidades exigidas por um trabalho acadêmico.

Aos meus irmãos, Antônio da Luz Trindade, pelo tempo disposto em corrigir meus problemas com a Língua Portuguesa e Anderson Apolinário da Luz Trindade.

A todos os meus familiares e amigos, que de alguma maneira, ajudaram e contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho e do ser humano que sou.

Aos colegas, em especial, Paulo Sérgio de Sousa de Azevedo, que colaboraram de alguma forma com meu crescimento.

Aos professores do curso de História da UFRGS por dividir seu conhecimento e por garantir uma formação de qualidade. Em especial ao professor Dr. Luiz Alberto Grijó pela orientação atenciosa e rigorosa e por oportunizar a pesquisa da temática deste trabalho.

## RESUMO

A campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul foi marcada pela rivalidade que então se abriu entre PMDB e PDT, dois dos partidos que naquele momento se propunham a ser oposição ao partido que representava a continuidade do Regime Civil-Militar naquela eleição, o PDS. Tendo como base o que foi denominado por René Rémond de renascimento da História Política e as contribuições de Pierre Bourdieu a respeito do campo político, o presente trabalho de pesquisa busca explorar o período da chamada transição política no Brasil, tendo como recorte temático e temporal o processo eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul. Naquele momento se extinguiu o bipartidarismo anterior e se reinaugurara no Brasil o pluripartidarismo, o que acabou levando a que a oposição ao regime antes abrigada no MDB se dividisse em várias outras siglas partidárias. As críticas e acusações mútuas que podem ser identificadas entre peemedebistas e pedetistas iam ao encontro da estratégia do Regime Civil-Militar de “dividir para dominar”, segundo a qual era interessante que as oposições disputassem espaços entre si a fim de fortalecer a posição dos apoiadores do regime. Portanto, a pesquisa centra-se especificamente na identificação e na análise das idéias-força que pautaram a referida disputa político-eleitoral entre PMDB e PDT, tendo como fontes os periódicos *Correio do Povo* e *Zero Hora*, além dos Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Transição política; eleição 1982; ideias-força; história política; partido PDT, PMDB;

## **LISTA DE SIGLAS**

**AI-1** - Ato Institucional nº 1

**AI-5** - Ato Institucional nº 5

**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional

**CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base

**CNBB** - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro

**MR-8** - Movimento Revolucionário 8 de outubro

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**PCB** - Partido Comunista Brasileiro

**PC do B** - Partido Comunista do Brasil

**PC's** - Partidos Comunistas

**PDR** - Partido Democrático Republicano

**PDS** - Partido Democrático Social

**PDT** - Partido Democrático Trabalhista

**PL** - Partido Libertador

**PL** - Partido Liberal

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PP** - Partido Popular

**PRC** - Partido Revolucionário Comunista

**PSD** - Partido Social Democrático

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**SNI** - Serviço Nacional de Informações

**UDN** - União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. A TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA E A DIVISÃO DAS OPOSIÇÕES.....</b>	<b>17</b>
1.1. O REGIME CIVIL-MILITAR PRÉ-74.....	17
1.2. A TRANSIÇÃO PELA <i>TRANSAÇÃO</i> .....	18
1.2.1. <i>A liberalização pela via eleitoral</i> .....	22
1.2.2. A reforma partidária.....	27
1.3. AS ELEIÇÕES DE 1982: INTRODUÇÃO.....	30
<b>2. PMDB X PDT: “BALAIO DE CARANGUEJOS” X “OVELHAS DESGARRADAS” .....</b>	<b>32</b>
2.1. 1982: A CAMPANHA .....	32
2.2. PMDB IGUAL AO PDS .....	33
2.2.1. A frente: o PMDB .....	36
2.2.1.1. A incorporação do PP .....	38
2.2.1.2 O apoio dos PC’s .....	40
2.2.2 O voto consciente .....	42
2.2.3. O trabalhismo .....	43
2.3. O VOTO ÚTIL .....	45
2.3.1. PMDB: o local da unidade .....	47
2.3.2. PDT divisor da oposição .....	49
2.3.3. PMDB igual ao MDB.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

As campanhas eleitorais, hoje, evidenciam alianças e cisões, bem como transformam velhos aliados em ferrenhos inimigos e velhos inimigos em grandes aliados. Essas idas e vindas da política são decorrentes das regras do jogo político, que foram controladas por diferentes grupos ao longo da história política brasileira.

Partindo deste pressuposto, este trabalho está centrado na análise da conjuntura do Brasil durante o longo período de transição (1974-1985) e na disputa entre o PDT e o PMDB na campanha eleitoral de 1982, no Rio Grande do Sul, como um dos elementos deste processo.

Inicialmente, devemos afirmar que a temática do trabalho surgiu de uma pesquisa realizada durante a participação em uma bolsa de iniciação científica chamada *Estado e representação: agentes político-partidários no contexto histórico contemporâneo do Rio Grande do Sul*, sob orientação do professor Dr. Luiz Alberto Grijó da UFRGS, através da qual tivemos contato com fontes sobre as eleições de 1982 no Rio Grande do Sul, os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Diante destes jornais pudemos observar uma recorrente série de notícias, que colocavam em atrito PDT e PMDB, ambos partidos surgidos com a reforma partidária em 1979 e com a desintegração do MDB, agremiação política que reunia a oposição ao regime civil-militar que governava o Brasil desde 1964. Esses acontecimentos se inserem dentro do programa governamental de “abertura política”, que previa uma transição “lenta, gradual e segura”<sup>1</sup> para a democracia.

Sob esta ótica, propusemos um olhar mais atento às fontes sobre estes fatos e identificamos que estes atritos entre os partidos constituem-se na forma de palavras proferidas pelos políticos de cada partido e transcritas para os jornais e, também, de ações práticas, ou seja, eventos “concretos”, que se apresentavam na forma de manchetes e notícias nos jornais. Assim sendo, tendo em vista o referencial de Bourdieu, em sua *teoria do campo político* e o conceito de *idéias-força* entendidas como tomadas de posição de agentes políticos, que legitimam a disputa no campo, que chega-se a seguinte questão de pesquisa:

De que maneira se deu a rivalidade PMDB x PDT na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul com base nas idéias-força produzidas no jogo político e na conjuntura da transição para democracia no Brasil?

---

<sup>1</sup> Frase utilizada pelo presidente Ernesto Geisel para começar o processo de *liberalização* do regime.

Tal problema parte de uma análise teórica que visa mostrar como o momento histórico e as disputas partidárias construíram essa rivalidade entre antigos aliados, que culminou com a vitória do regime e de sua estratégia eleitoral. Além disso, enunciaremos a forma como as *idéias-força* aparecem colocando os partidos em disputa relacional e contrastante.

Os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*<sup>2</sup>, utilizados como fontes primárias neste trabalho, têm como característica o fato de serem periódicos de grande circulação regional, bem como empresas midiáticas com fins lucrativos.

Diante destes aspectos, o recorte cronológico proposto para as fontes vai desde o dia 1 de agosto de 1982, quando o último candidato ao governo do estado é lançado e que, então, devidamente começa a campanha eleitoral<sup>3</sup>, até 22 de novembro de 1982, quando a contagem de votos anuncia a vitória de Jair Soares, candidato do PDS, partido da situação e de ex-membros da ARENA, que conjugava os aliados civis do regime.

Nossa espacialidade prioriza o Rio Grande do Sul por duas razões básicas: a primeira em relação ao fato das fontes serem jornais regionais e documentos oficiais do Estado do Rio Grande do Sul, tendo circulação dentro dos limites do mesmo; e em segundo lugar, o PDT tinha maior força neste Estado<sup>4</sup> e, portanto, se encaixou melhor na estratégia governamental, o que garantiu a sua vitória usando a tática de “dividir para dominar”<sup>5</sup>, utilizada contra as oposições no momento de transição política.

Tendo estes elementos em vista, nosso estudo se insere na área temática da história política. Segundo Maria Capelato “Muitos autores têm feito referência a uma valorização

<sup>2</sup> Os periódicos pesquisados estão no acervo de imprensa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

<sup>3</sup> Consideramos o dia 1º de agosto como o momento de início da campanha, já que em 1982 volta a eleição para Governador e então, este seria o cargo majoritário e mais importante no qual os partidos mais investiram, portanto, neste dia é lançado o último candidato a governador de estado, Jair Soares do PDS.

<sup>4</sup> Segundo Aydos, “Os resultados eleitorais de 1982 no Rio Grande do Sul apresentam, a grosso modo, uma configuração partidária de fato. Neste sentido, contrariam o padrão de polarização eleitoral prevalecente em 36 anos de história político partidária recente.” (AYDOS, Eduardo Dutra. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. In: *Texto para discussão*: Programa de Mestrado em Ciências Políticas. Porto Alegre, n. 3, outubro 1988, p. 24). Mais adiante confirma que “O Rio Grande do Sul se constituiu no único Estado em que o pluripartidarismo vingou, ainda antes das eleições, pela presença de três partidos relevantes, sob quaisquer pontos de vista que incluam a sua organização de base potencial parlamentar”. (AYDOS, op. cit., 1988, p. 60)

<sup>5</sup> “Divide et impera”, como chama Baquero em BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1984, que teria funcionado apenas no Rio Grande do Sul, com a vitória do candidato do PDS, então sucessor da Arena, Jair Soares, mesmo que, somados os votos de PDT e PMDB, além do PT, a oposição tivesse maioria. Essa tese é mais bem trabalhada com os estudos de comportamento eleitoral em: AYDOS, 1988, op. cit.; BAQUERO, 1984, op. cit. e BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. O Multipartidarismo e o realinhamento eleitoral no Rio Grande do Sul nas eleições de 1982. In: *Texto para discussão*. Programa de Mestrado em Ciências Políticas. Porto Alegre, n. 2, julho 1988.

recente da história política, relegada a segundo plano por várias décadas”<sup>6</sup>. O interesse sobre este tema, segundo a mesma autora, se daria devido a mudanças no cenário internacional e nacional, em que a problemática da democracia fez com que se ampliasse o debate sobre “questões de natureza política” de modo que “nos anos 1980, a substituição da revolução pela democracia fez com que as atenções se voltassem para a história política”<sup>7</sup>. Assim, o estudo da revolução teria sido, em muitos casos, redirecionado para o da democracia.

Angela de Castro Gomes ressalta a mudança de perspectiva que fez advir uma produção de “estudos políticos”, inicialmente com a ciência política, que serviria de base teórica para os estudos históricos na temática política e aumentaria as relações entre estes dois campos. Nesse sentido, a revitalização deste estudo se daria no âmbito histórico, a partir de uma crise de paradigmas estruturalistas então vigentes, o marxismo, o funcionalista e também uma vertente da escola dos *Annales*, de modo que houve uma “re-significação da história política que trouxe consigo algumas orientações inovadoras e fundamentais”<sup>8</sup>, as quais: história política não é redutível a um reflexo superestrutural de um determinante de qualquer natureza; a história política teria fronteiras fluidas com outros campos da realidade social; haveria um privilégio do acontecimento; a incorporação do tempo presente; e o impacto da absorção de novas metodologias.

Nosso estudo se encaixa numa perspectiva de análise de conjuntura, de forma que usaremos a luta política pelo voto, acirrada na campanha eleitoral, como foco para mostrar como se deu a disputa entre dois partidos específicos, dentro de um universo maior, que perpassa o momento histórico mundial, até o caso mais específico do Rio Grande do Sul.

Cabe ressaltar que, para compreendermos qual a contribuição do trabalho, devemos ter em mente o caso singular da abertura política e redemocratização no Brasil, processo que embora possa ser comparado com outros casos, teve suas especificidades e, especialmente no Rio Grande do Sul, mostrou como o Regime civil-militar tomou para si a condução da “abertura” e conseguiu impor as regras do jogo político, tendo em vista uma transição “pacífica” e “ordenada”, sendo que, dentro deste contexto que as eleições de 1982 aparecem como elemento fundamental para a concretização do plano governamental.

---

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricas*, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. p. 161.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 162.

<sup>8</sup> GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricas*, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996, p. 63

Os estudos sobre as eleições de 1982 coadunam com nossa ideia de como trabalhar com o tema da abertura política, embora não tenham enfoque na disputa partidária e na forma como ocorreu. Nesse sentido, conquanto houve uma revitalização da história para temas políticos, os trabalhos que levam em consideração a transição política no Brasil e as eleições de 1982, que nos servem de base, são todos da ciência política, que se apropriou deste período, o que tem sido deixado de lado pelos historiadores.

Arturi<sup>9</sup> apresenta como teria se dado a abertura política tendo em vista a atuação de Ernesto Geisel e João Figueiredo, então presidentes da república, bem como a estratégia do último de dividir a oposição “para acabar com o caráter plebiscitário crescentemente desfavorável”<sup>10</sup>. O autor constrói um argumento acerca da transição política no Brasil e da *liberalização* do regime autoritário, afirmando que a transição no Brasil foi “pactuada” e que “o sistema partidário-eleitoral e os resultados da competição política podem, assim, contribuir para fortalecer ou fragilizar um regime democrático recente, ao lado de outros condicionamentos macroestruturais, históricos e culturais”<sup>11</sup>. Dessa maneira, entende que as eleições são importantes para entender a transição, na medida em que dependem de suas características antes e durante o regime autoritário.

Teresa Marques<sup>12</sup> faz um importante mapeamento teórico das transições políticas latino-americanas, apresentando conceitos de “liberalização”, “transição” e “democratização” e através da comparação, expõe regularidades de vários casos, a fim de evidenciar tipos de transição por *transação*, sob a qual enquadra o caso brasileiro numa *transição pactuada*, que acontece “quando as elites que estão no poder, diante do aumento dos custos para manutenção do regime autoritário, dão o ponto de partida ao processo de transição”<sup>13</sup>.

Ferreira<sup>14</sup> analisa a transição brasileira e as eleições de 1982, tendo como perspectiva a maneira que o PMDB agiu em nível nacional durante a campanha, utilizando a estratégia do “voto útil” como premissa. Além disso, a autora traz uma contextualização do momento histórico que estamos estudando, asseverando que as eleições de 1982 são um fator da

<sup>9</sup> ARTURI, Carlos. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 1995.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.12.

<sup>12</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. In: *Pensamento Plural*, n. 06. Pelotas, 2010. pp. 57-69. Disponível em [www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf](http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf) acessado em 24/06/2011

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>14</sup> FERREIRA, Denise Paiva. *Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982*. 1991.

transição para o regime democrático, ainda que as regras do jogo político tenham sido definidas pelo governo militar, os detentores do poder naquele momento.

Podemos citar ainda a obra de Bolívar Lamounier<sup>15</sup>, que apresenta a preparação para as eleições, abordando a formação dos partidos com a extinção da ARENA e do MDB, bem como a estratégia governamental do “pacote de novembro”, que lançou os “casuísmos” eleitorais<sup>16</sup> e como se configurou a política brasileira naquele momento.

Mais especificamente sobre as eleições de 1982 no Rio Grande do Sul e sua importância neste processo, destacamos o estudo da atuação do PMDB com Figueiredo<sup>17</sup>, que demonstra como este partido encarou as eleições neste estado, tendo como perspectiva a tese do “voto útil” e explora a integração do Partido Comunista ao grupo peemedebista<sup>18</sup>, o que será conveniente para entender as *idéias-força* pedetistas no nosso trabalho.

Marcello Baquero<sup>19</sup> desvia o foco da análise partidária, destacando em seu trabalho os resultados da eleição e os “casuísmos” eleitorais como: a coligação de oposições e a vinculação total dos votos, agravantes para vitória do governo no Rio Grande do Sul.

Com maior atenção para a análise dos resultados eleitorais no Rio Grande do Sul em 1982 e proposições do porque tornou-se vitorioso o PDS e o PMDB perdeu, Aydos<sup>20</sup> utiliza a verificação da base parlamentar, das filiações e das prefeituras, pela qual verifica como os partidos daquela eleição se saíram nos seus “redutos eleitorais”, identificando algumas estratégias das agremiações políticas e conclusões baseadas nos dados levantados por ele.

Essas obras relacionadas serão base para a contextualização do momento histórico que tratamos, das vicissitudes das eleições de 1982 com a volta do multipartidarismo e do retorno do voto para governador, que não ocorria desde 1966, tendo em vista, também, a configuração do novo sistema partidário, elementos que caracterizam a importância desta eleição.

---

<sup>15</sup> LAMOUNIER, Bolívar. As eleições de 1982 e a abertura política em perspectiva. In: TRINDADE, Héglio Henrique Casses. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre: Sulina, 1982.

<sup>16</sup> Série de dispositivos que controlavam as eleições e assim serão chamados pela oposição.

<sup>17</sup> FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A relação dos PC's e o MDB-PMDB na transição do regime democrático e a eleição de 1982 no Rio Grande do Sul In: *Encontro Anual da Anpocs* (33. : 2009, out. 26-30 : Caxambu, MG). Programa e resumos. São Paulo: Anpocs, 2009.

<sup>18</sup> Os pedetistas vão atacar o fato de o PMDB agregar comunistas às suas “bases”, de forma que conviveriam com ex-integrantes da Arena, provenientes do PP, outro partido “absorvido” pelos peemedebistas.

<sup>19</sup> BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. *Abertura política e comportamento eleitoral* nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1984

<sup>20</sup> AYDOS, Eduardo Dutra. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. In: *Texto para discussão: Programa de Mestrado em Ciências Políticas*. Porto Alegre, n. 3, outubro 1988

Quanto ao estudo de campanhas eleitorais, o período democrático de 1945-1964 é o melhor trabalhado, até porque a eleição perde importância no regime civil militar até 1974. Com base nestes aspectos, cabe destacar Mercedes Cánepa, Denise Ferreira e Maura Bombardelli.

No primeiro caso, Cánepa<sup>21</sup> usa os *a pedidos* dos jornais, entre outras fontes para tratar de todas as campanhas do período supracitado, de maneira a contextualizá-las nacionalmente, para então descrevê-las como se deram no Rio Grande do Sul, apresentando os programas dos partidos, os principais assuntos e acontecimentos da campanha, assim como os resultados. Ferreira não foge ao mesmo tipo de apreciação, mas aborda o nosso período em questão (1982), embora deixe de lado os assuntos factuais da campanha, identificando mais propriamente a forma como o PMDB se posicionou, como foi a configuração da participação peemedebista e os seus resultados. A autora contextualiza em nível nacional, deixando algum espaço para a forma como os outros partidos (PDT, PTB, PDS e PT) se colocaram, contudo, localizado de forma tangencial.

O único trabalho do campo da história que destacamos, o estudo de Maura Bombardelli, intitulado *Por um trabalhismo autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*<sup>22</sup>, direciona-se ao caso da “cisão” do trabalhismo e à criação do Movimento Trabalhista Renovador. Bombardelli, tendo como ponto específico a participação do Movimento de Fernando Ferrari na campanha de 1960, usa, assim como pretendemos, o conceito de *idéias-força* de Bourdieu e de *campo político*, claro, aplicadas à “ideologia ferrarista”. Apresenta-as utilizando os jornais Correio do Povo e dois livros escritos por Ferrari, de modo a identificar quais seriam essas tomadas de posição dispostas durante a campanha e propostas para os eleitores e postos no “campo político”.

Com base nestes argumentos, compreendemos que estudar essa disputa nos ajuda a entender o momento político brasileiro dos anos de transição para democracia, no qual as eleições se tornaram o foco de ação das oposições, a fim de, identificando a luta e as tomadas de posição dos partidos e políticos, contribuirmos para os trabalhos acerca da história política, disputa partidária e construção de idéias políticas como recursos eleitorais dos agentes políticos, principalmente, em relação ao Rio Grande do Sul. Além disso, usando conceitos da

---

<sup>21</sup> CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

<sup>22</sup> BOMBARDELLI, Maura. *Por um trabalhismo autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*. 2010.

ciência política, pensamos trazer esse momento da história brasileira e gaúcha para o âmbito da História.

Visando melhor entender nosso problema de pesquisa, partimos para a explicação de nossa perspectiva analítica, inspirada no referencial teórico de Pierre Bourdieu, que utilizaremos para uma conjuntura específica, que se refere à “disputa partidária” e à “produção de idéias” em um contexto social e político, no qual se tem um processo de redemocratização com vicissitudes impostas pelo Estado, que limitam a política como *representação política*.

Assim partimos da *teoria do campo político*<sup>23</sup> de Bourdieu<sup>24</sup>, que segundo a definição do autor é “[...] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”<sup>25</sup>, assim em sua definição,

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção<sup>26</sup>.

Para que possamos compreender as tomadas de posição, programas, intervenções, discurso eleitoral, é importante conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no campo político e não só conhecer as pressões dos laicos (a “base”) de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários<sup>27</sup>. Deste modo, tendo em vista essas definições, buscamos apresentar a campanha eleitoral como um espaço de lutas, que opõe os profissionais no campo político e é um embate entre “idéias” e “ideais”,

Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações de estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição de poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo

---

<sup>23</sup> Não pretendemos discutir a aplicabilidade do conceito de campo para o caso brasileiro, mas apenas identificar a partir deste, as noções de relação contrastante, espaço de lutas e tomadas de posição.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

<sup>25</sup> Ibid., p. 163-164.

<sup>26</sup> Ibid., p. 164.

<sup>27</sup> Ibid., p. 171-172.

monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão de mundo social e do seu porvir<sup>28</sup>.

Sobre este aspecto, evidenciamos, ainda com Bourdieu, que “A produção de ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número”<sup>29</sup>. Essas idéias políticas são determinadas tanto por pressões internas do campo, quanto pela necessidade de legitimação externa ao mesmo, sendo elas legitimadoras da luta no campo político.

Consideramos que “Basta as ideias serem professadas por responsáveis políticos, para se tornarem idéias-força capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar”<sup>30</sup>, de modo que essas *idéias-força*, segundo Bourdieu, “têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro” e essa verdade da promessa ou do prognóstico dependeria da autoridade e da capacidade daquele que as pronuncia de fazer crer na sua veracidade e capacidade<sup>31</sup>.

É, especialmente, na campanha eleitoral que os profissionais proporcionam ao “profano”<sup>32</sup> a oferta de produtos políticos e idéias, que estes devem escolher, de modo que, em 1982, verificamos que o PDT e o PMDB fornecem idéias políticas que se relacionam e contrastam, na medida em que opõem os profissionais e os partidos na luta pelo voto, tendo em vista atacar pontos centrais que fazem jus ao momento histórico em questão. Assim, pensamos nos periódicos de grande circulação como elementos privilegiados para a observação da disputa entre agentes políticos, já que são responsáveis por direcionar questões do campo político para fora dele, ou seja, fornecer ao profano os produtos políticos produzidos na luta interna do campo.

Do ponto de vista metodológico, devemos apresentar elementos que consideramos fundamentais para a apreciação das fontes que pretendemos utilizar. Sob a linha de raciocínio de Bourdieu, as tomadas de posição acontecem de forma relacional, assim pensamos nos

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 174.

<sup>29</sup> Ibid., p. 175.

<sup>30</sup> Ibid., p. 187.

<sup>31</sup> Ibid., p. 186.

<sup>32</sup> Bourdieu faz a separação no campo político entre “profissionais” e “profanos”, sendo os últimos os consumidores de produtos políticos produzidos pelos primeiros na disputa interna.

periódicos de grande circulação como elementos privilegiados para a observação da disputa entre os agentes políticos.

Como Elmir nos elucidava sobre os jornais,

[..], nesta perspectiva da recepção, pode ser apropriado de formas mais diversas. Quero propor uma breve digressão acerca de duas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa. Uma delas, aparentemente mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação. A segunda delas, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da pesquisa. Evidentemente, nenhuma das duas exige o pesquisador de realizar a indispensável crítica do documento<sup>33</sup>.

Para nossos objetivos, os jornais serão tomados a partir da primeira forma, como fontes de informação, guardando a ressalva de que são materiais de “complexidade desanimadora”, como nos mostra De Luca, sendo que

Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo<sup>34</sup>.

Não podemos atribuir “valor neutro”, como afirma Elmir, às informações apresentadas e narradas pelos jornais, desconsiderando sua carga subjetiva que aparece em qualquer tipo de fonte. A fonte jornalística, especificamente, não deve ter uma leitura rápida ou tranquila, já que as notícias, claramente, são selecionadas pelos periódicos e posicionadas de acordo com sua “opinião”. No entanto, queremos atingir uma perspectiva, em que sabendo desses cuidados metodológicos, faremos uma apreciação dos acontecimentos narrados da campanha eleitoral e a forma como estes jornais os apresentaram, bem como mostrar as *idéias-força* que aparecem em discursos eleitorais transcritos nos periódicos<sup>35</sup>, tendo em vista a repetição e a regularidade para não cairmos naquilo que é ocasional.

---

<sup>33</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. Uma Aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. Conferência de abertura do Colóquio *Fontes periódicas: imprensa política e cultural latino-americana* do PPG da UFRGS, 2007, p. 14

<sup>34</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.116

<sup>35</sup> Os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* não são nosso objeto de pesquisa. Por este motivo não utilizamos seus editoriais ou colunas neste trabalho. Sobre a vinculação dos periódicos com a campanha e sua relação com os partidos cabe mencionar que diversos membros do PMDB aparecem trabalhando no grupo RBS e como colunistas da *Zero Hora*, contudo em menor medida no *Correio do Povo*. Já a presença de “pedetistas” é insignificante em ambos. Assim, não queremos inferir sobre a vinculação político-partidária do jornal, além destas proposições.

Outro ponto importante, como Elmir deixa claro, é que devemos procurar outras fontes para além da jornalística. Segundo ele “o recurso a outras fontes – mesmo que subsidiárias - pode ajudar a não procurar (e encontrar) em um texto isolado o sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da ideia que queremos provar”<sup>36</sup> e, para tanto, buscamos mais de um periódico, além dos anais da ALERGS, que usaremos como forma de concatenação com aquilo que é expresso na fonte jornalística, sabendo das diferenças e heterogeneidade destes tipos de fontes, as quais se somam a uma consulta, é claro, da bibliografia sobre o período em questão e às estatísticas eleitorais, que são elementos subsidiários<sup>37</sup> para nossos objetivos.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, *A Transição política brasileira e a divisão das oposições*, onde cabe descrever e narrar como foi o momento de distensão e abertura política iniciado em 1974 e conduzido de forma efetiva a partir de 1979 pelo presidente João Figueiredo, de modo que possamos mostrar como se constitui o reforço da oposição através da força do MDB, dentro de um modelo bipartidário, sendo esta sigla a que congregava os grupos anti-regime até a reforma partidária e a sua fragmentação, no momento da volta do pluripartidarismo, já num outro contexto político. Buscamos também analisar as teorias acerca da transição do regime brasileiro e evidenciar o lançamento das bases para as eleições de 1982, que se dão a partir deste momento e serão de fundamental importância para o desenrolar da campanha e os seus resultados finais.

No segundo capítulo, *PMDB x PDT: “Balaio de caranguejos” x “ovelhas desgarradas”*, vamos abordar a conjuntura de 1982, os partidos em disputa, dando especial atenção ao PDT e ao PMDB, bem como pretendemos verificar como foi efetivamente que se formou a rivalidade entre os dois partidos, além de analisar as *idéias-força*, tendo em vista uma separação analítica de algumas, por tópicos de “aproximação temática”, ou seja, idéias que colocam um partido em oposição.

---

<sup>36</sup> ELMIR, op. cit., p. 17.

<sup>37</sup> Os anais da ALERGS e as estatísticas eleitorais estão, respectivamente, no acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul e em TRINDADE, Héliogio & NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande do Sul: 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

## 1. A TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA E A DIVISÃO DAS OPOSIÇÕES

*A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real*<sup>38</sup>

### 1.1. O Regime civil-militar pré-74

O Brasil, depois de uma breve experiência “democrática” no período 1945-1964, iniciou um novo momento na sua história. Em 31 de março de 1964 se instalou o que convencionou-se chamar como regime militar, então patrocinado por grupos civis, que toma o poder derrubando o presidente João Goulart. Nesse contexto, a fim de garantir certa legitimidade às suas disposições<sup>39</sup>, o governo do general Castelo Branco promulga o Ato Institucional número 1 (AI-1), que provoca modificações nas relações entre o executivo e o legislativo, incluindo dispositivos de maior controle do primeiro sobre o segundo, ou seja, aumentando o poder presidencial e cerceando alguns direitos, principalmente políticos.

Em 1965 ocorrem as primeiras eleições constitucionais do novo regime, que contavam ainda com as legendas do período anterior, sendo as principais o PSD, o PTB, partido do ex-presidente João Goulart, a UDN, com membros que apoiaram o golpe militar e o PL, com maior força no Rio Grande do Sul. Essa disputa eleitoral foi caracterizada pela vitória de candidatos antagônicos à nova conjuntura nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os resultados desta eleição terão como resposta por parte do governo a extinção dos antigos partidos e a criação de um sistema bipartidário caracterizado por ter um agrupamento político que coadunava com os militares e a ditadura, a ARENA, e outro de “oposição consentida”, o MDB, ainda que, a partir da utilização dos artifícios dos atos institucionais, diversas lideranças oposicionistas não puderam se integrar a esta nova agremiação política, já que seus mandatos foram cassados ou seus direitos políticos suspensos, enquanto outras tiveram de se exilar fora do País, entre elas, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, que também pertencia ao PTB e será importante ator nas eleições de 1982.

No decorrer do período inicial da ditadura, com o surgimento de uma série de movimentos críticos ao governo, em 1968, é promulgado o Ato Institucional número 5 (AI-5),

---

<sup>38</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV: Ed. da UFRJ, 1996, p 449

<sup>39</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

que reforça os poderes do executivo e inicia o momento mais autoritário do período militar, principalmente durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. As eleições durante esta fase, as de 1970 e as municipais de 1972, se caracterizam por serem apenas legislativas e sem possibilidade de eleição para prefeitos de capitais estaduais e áreas de interesse da segurança nacional. Além disso, os governadores das unidades federativas foram nomeados por colégios eleitorais controlados pela ARENA, excetuando-se no Rio de Janeiro<sup>40</sup>.

Outro aspecto que observamos é de um desinteresse pelo fenômeno eleitoral representado na alta quantidade de abstenção, fruto de uma estratégia do governo para excluir a sociedade civil das decisões políticas do país<sup>41</sup>. Em suma, o resultado final desta conjuntura é que essas eleições terminaram com vitórias da ARENA, impulsionadas pela propaganda do regime, principalmente no âmbito econômico com o slogan conhecido como “milagre brasileiro” e da repressão à oposição através de cassações e, também, a movimentos sociais e armados que surgiam como forma de contestação.

Depois dessa experiência de grande repressão, a partir da eleição em 1974, do general Ernesto Geisel, começa o processo de *transição* e de distensão “lenta, gradual e segura”. A bibliografia aponta este momento como começo da *liberalização* do ditadura civil-militar, que tem como desenlace “a volta ao regime democrático”<sup>42</sup>.

## 1.2. A transição pela *transação*

Neste momento, temos por objetivo tratar do *processo de transição para democracia* através de uma discussão breve de autores que se debruçaram sobre o tema, em especial sobre o caso brasileiro.

---

<sup>40</sup> No Rio de Janeiro a Assembleia Legislativa estava sob o controle do MDB, além disso, a máquina eleitoral montada pelo Governador Chagas Freitas deste partido, permitiu sucessivas vitórias da oposição.

<sup>41</sup> BAQUERO JACOME, Cesar Marcello & FILHO, Arnaldo S. Paradigma de Converse: sistema de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, vol. 13. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985. pp. 241.

<sup>42</sup> Não cabe neste trabalho discutir se o que ocorre é uma volta à democracia ou a criação de uma nova ou ainda incompleta. Há dúvidas a respeito do caráter democrático do período 1945-1964, bem como acerca da democracia surgida em 1989 com a volta das eleições diretas para presidente da república. Para maiores discussões sobre o assunto ver: SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. Transição política e consolidação democrática no Brasil: novas reflexões sobre um velho tema. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 29, novembro de 2007, p. 209-214; MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo & SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007; e CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

Inicialmente, podemos dividir, assim como Moclaire<sup>43</sup> e Arturi<sup>44</sup>, que o estudo da transição e da democratização tem seu começo durante os próprios processos, ou seja, principalmente nos anos 80, sendo os pesquisadores deste período nomeado pelos autores de “transitologistas”, de forma que seus estudos teriam um caráter probabilista, no qual a “(re)instauração da democracia num país não depende de quaisquer pré-requisitos; é apenas uma probabilidade entre outras”.

Segundo os autores, os “transitólogos” relegavam a segundo plano os fatores econômicos, sociais e culturais dos países estudados, prestando maior atenção aos “atores relevantes”, ou seja, atores políticos, coletivos ou individuais e à “própria conduta da mudança política”<sup>45</sup>. Neste sentido, ao afirmar a relevância dos atores, os “transitólogos” verificariam como tipo mais comum de transição a pactuada, na qual o campo favorável ao regime, composto pelos “linha-dura” e os pró “liberalização”, estaria de um lado negociando com os opositoristas divididos em “radicais” e “cautelosos”, numa divisão binária dos principais atores. Desta maneira, os estudiosos desta tese teriam “acumulado erros de apreciação”<sup>46</sup>, já que excluía as interferências externas e isolavam a “elite negociante” do resto da população. Somado a isto, suas previsões foram ocorrendo de maneira diversa ao longo dos anos 90 e, principalmente, as mudanças não se encaminhavam para sua referência de democracia, ou seja, a ocidental européia.

Entre aqueles que Moclaire incluem na denominação “transitólogo” estão O’Donnell, Schmitter e Whitehead. Estes autores organizam um volume sobre a transição na América Latina, no qual Luciano Martins<sup>47</sup> fica responsável pelo caso do Brasil, no qual evidencia o início da *liberalização* como uma questão da “economia interna” do regime, em que há uma “dissociação ideológica” da antiga base de apoio como a Igreja e, principalmente, os empresários. Este último grupo, com a crise econômica, ataca o “modelo econômico” e desprestigia a burocracia criando uma situação de “equilíbrio instável”, iniciando a erosão da

---

<sup>43</sup> MOCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 17, novembro 2001, p. 61-74.

<sup>44</sup> ARTURI, Carlos S. Theoretical debates on changes in political regimes: the case of Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 11. Curitiba, 2001. pp. 11-31. Disponível em [redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801703.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801703.pdf) Acessado em 24/06/2011.

<sup>45</sup> MOCLAIRE, op. cit., p. 62.

<sup>46</sup> ARTURI, 2001, op. cit.

<sup>47</sup> MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

base de apoio do governo militar. Ainda assim, para ele, a decisão pelo início da *liberalização* não se dá por motivos econômicos.

Sob esta mesma perspectiva está Skidmore<sup>48</sup>, que destaca a atuação de militares, principalmente, de Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, que, segundo ele, pertencentes ao grupo que queria a “normalização democrática”, que tratava de combater a “linha-dura” do regime e coordenava as forças de segurança. O autor evidencia a força do general Ernesto Geisel dentro do exército no combate a esse grupo e o caráter gradual da transição, que fora continuada por Figueiredo, em que a elite ia conquistando, paulatinamente, maior participação.

Dentro desta proposta de análise para transição, como apontou Moclaire, é definida uma tipologia, com privilégio para as transições “pactuadas”, da qual o Brasil seria um caso exemplar. Nesse contexto, Marques<sup>49</sup> expõe que os estudos dos anos 70 e 80, principalmente os comparativos, evidenciam três tipos distintos de transições políticas pactuadas: *transação*, *afastamento voluntário* ou *colapso*, dos quais o primeiro seria identificado principalmente com Brasil, mas também com a Espanha. Essa transição por *transação*<sup>50</sup>, segundo Marques

se dá quando as elites que estão no poder, diante do aumento dos custos para a manutenção do regime autoritário, dão o ponto de partida ao processo de transição. Ao dar início à transição, tais forças objetivam poder aproveitar-se do poder que ainda têm em mãos para negociar uma boa posição política após o fim do regime autoritário. Assim, conduzem o processo de democratização, introduzindo medidas liberalizantes e fixando limites na atuação dos autores envolvidos.<sup>51</sup>

Tendo em vista que as transições são um momento que atinge uma conjuntura mundial, segundo Huntington<sup>52</sup>, a partir da década de 1970, com a chamada “terceira onda”<sup>53</sup>, que instaura um período de democratizações desde a Europa, Ásia até a América Latina, na qual o

<sup>48</sup> SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>49</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. In: *Pensamento Plural*, n. 06. Pelotas, 2010. pp. 57-69. Disponível em [www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf](http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf) acessado em 24/06/2011, p. 64.

<sup>50</sup> Ocorre, mas especificamente quando, segundo os que primeiro cunharam o termo, “[...] o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição.” Cf. SANTOS, Fabiano. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000, p.207. *apud* SHARE & MAINWARING, Scott. (1986), *Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha*. *Dados*, vol. 29, n° 2, pp. 207-236.

<sup>51</sup> MARQUES, op. cit., p. 64.

<sup>52</sup> HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização do final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>53</sup> Huntington destaca três ondas de democratizações, sendo a terceira, iniciada com o fim da ditadura portuguesa, em 1974, de modo que a partir de então, alastra-se para América Latina, atingindo inclusive o Brasil.

Brasil está inserido, Marques ressalta a heterogeneidade dos autoritarismos identificados pelos autores e as possíveis diferenças nas transições em cada país, e concorda com Arturi no fato de que, apesar da importância dos atores, dos fatores políticos e institucionais, as “macrovariáveis”: estrutura econômica, social e política pré-existentes<sup>54</sup>, além da influência externa<sup>55</sup> e traços da cultura do país, têm grande influência neste processo.

A própria decisão do general-presidente Geisel de começar uma “liberalização”, na perspectiva de Arturi, partiria da pré-existência de um “sistema partidário e um calendário eleitoral disponíveis e em funcionamento”, fruto da tradição do sistema político brasileiro de competição intraelites<sup>56</sup>. No entanto, não são apenas os elementos pré-existentes, mas também os construídos ao longo da transição, que vão influenciar na decisão dos atores<sup>57</sup>.

Nesse contexto, Moclair, utilizando Dobry, assegura que as transições demonstram ser “situações de grande fluidez política, fases ambíguas de mudança de regime, concluídas por um arranjo institucional precário entre elites (não só políticas)”<sup>58</sup>.

Partindo da identificação dos matizes acerca da transição pela *transação*, podemos concordar com Marengo<sup>59</sup> e sua afirmação sobre o caso brasileiro

Seus contornos foram definidos por uma agenda de distensão política introduzida por agentes do regime autoritário, em contexto no qual este dispunha de base política e indicadores favoráveis ao desempenho econômico, disposição da oposição liberal e democrática em aceitar os termos estabelecidos pelo *establishment*, marginalização dos extremistas e políticos e limitada mobilização social, resultando em uma convergência entre os *brandos* do regime e os *moderados* da oposição, impondo um ritmo lento e altamente negociado para o processo de afastamento dos militares da arena governamental.<sup>60</sup>

Para o autor, a transição brasileira, seguindo as etapas do processo para instituição da democracia, quais sejam: 1) o início da liberalização do regime autoritário; 2) a instauração de um governo civil ou pós-autoritário; 3) a promoção de eleições como fórmula de preenchimento de postos governamentais nacionais; 4) a eleição para chefe de governo de um

---

<sup>54</sup> ARTURI, op. cit., p. 15-16.

<sup>55</sup> SANTOS, Maria Helena de Castro. O processo de democratização da Terceira Onda de democracia: quanto pesam as variáveis externas?. In: *Merdiano* 47, n. 115, fevereiro 2010, p. 15-18.

<sup>56</sup> ARTURI, op. cit., p. 15.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> MOCLAIRE, op. cit. p. 68.

<sup>59</sup> MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo Melo & SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

<sup>60</sup> Ibid., p. 74.

político de oposição ao antigo regime; 5) a eleição de partido(s) de esquerda para chefia do governo; teria começado em 1974 e se completado apenas em 2002. Assim, em comparação com outros países que seguiram o mesmo tipo de transição, como a Espanha, onde a duração teria sido de 7 anos entre a morte de Franco em 1975 até a vitória de Felipe González, em 1982, o caso brasileiro seria extremamente gradual e lento, culminando com grande longevidade política de atores ligados ao regime autoritário.

A partir destes pressupostos, cabe ressaltar que, para fins analíticos deste trabalho, é importante ter em mente o fato de o Brasil ter passado por um longo processo de transição de um regime autoritário para a “democracia” e que o nosso estudo se insere dentro da fase inicial deste processo, a “distensão” e a *liberalização*<sup>61</sup> da ditadura militar, quando o Estado toma as rédeas do processo e utiliza-se de uma *via eleitoral*<sup>62</sup> como método para a “abertura” do regime, de forma que, como veremos, controla as regras do jogo político e limita a política como *representação política*.

### **1.2.1. A liberalização pela *via eleitoral***

Tendo em vista o fenômeno mundial identificado por Huntington<sup>63</sup>, além da forma “pactuada” e “transacionada” pela qual identificamos a transição no Brasil, podemos afirmar seguindo as proposições dos autores citados, que as principais características que permitiram o início da *liberalização* do regime autoritário foram: 1) a necessidade de Geisel de controlar a “linha-dura” das Forças Armadas, que detinha a coordenação dos órgãos repressivos e que se autonomizaram durante o período anterior de grande repressão; 2) o fim do notável crescimento econômico apresentado de 1968 a 1973 e o início de uma crise econômica mundial; 3) a menor preocupação com a ameaça subversiva<sup>64</sup>; e 4) a pré-existência de um sistema partidário e de um calendário eleitoral regular, os quais estavam em funcionamento.

Não podemos deixar de enfatizar neste ponto a estratégia, principalmente de Ernesto Geisel e do Ministro-Chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, conhecidos

---

<sup>61</sup> Para Marques, de acordo com O’Donnell e Schmitter, a liberalização é o “processo de tornar efetivos determinados direitos que projetam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte” Cf. MARQUES, op. cit., p. 62 apud O’DONNELL, G. & SCHMITTER, P. Transições do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1998.

<sup>62</sup> ARTURI, , op. cit., 2001; ARTURI, , op. cit., 1995 e LAMOUNIER, op. cit., 1988.

<sup>63</sup> HUNTINGTON, op. cit.

<sup>64</sup> MARENCO, op. cit., p. 77.

como castelistas<sup>65</sup>, de uma “revalorização da política eleitoral”, que, como verificamos anteriormente, perdeu interesse a partir de 1966. Outra intenção também era de revalorização do “papel dos políticos civis”<sup>66</sup>. Essa revitalização do mecanismo eleitoral era compatível com o gradualismo desejado pelo governo militar e tinha por objetivo cooptar nova base de apoio política e social ao regime, já que a busca pela legitimação, através do sucesso econômico, não era mais possível<sup>67</sup>.

A luta contra o regime, a partir de 1974 será, então, essencialmente eleitoral<sup>68</sup>, de modo que continuaria o controle dos cargos executivos pelo governo, bem como de uma maioria no Congresso, enquanto a oposição tinha acatada uma de suas exigências, participar de pleitos, e diminuída a coerção.

Partindo destas análises, ponderamos que a “oposição de elite”<sup>69</sup> aceita participar deste jogo, ainda que prejudicada pelo controle das regras por parte do governo. Assim, o primeiro passo da *liberalização* se dá nas eleições de 1974, relativamente livres, que elegeram um terço do Senado, além das Assembléias Legislativas estaduais e dos integrantes da Câmara Federal. O MDB teve acesso livre à TV, a censura prévia parcialmente suspensa, de maneira que enfatizou três temas: “justiça social (denunciando a tendência de uma distribuição de renda cada vez mais desigual), liberdades civis (as violações dos direitos humanos que tanto preocupavam a elite) e desnacionalização (denunciando a penetração estrangeira na economia brasileira)”<sup>70</sup>. Ferreira<sup>71</sup> inclui entre os temas as eleições diretas para cargos executivos, como uma das aspirações a posição apresentadas na campanha. Além disso, alguns assuntos considerados proibidos, como a Lei de Segurança Nacional e a necessidade da revogação do AI-5, eram comentados nas rádios e pela televisão naquele momento<sup>72</sup>.

O MDB logrou uma vitória em nível nacional, embora, segundo Alves<sup>73</sup>, poucos acreditassem que a oposição pudesse vencer. Esse triunfo se deu, principalmente, para as Assembléias Legislativas estaduais para o Senado em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no

<sup>65</sup> Adeptos do Marechal Castello Branco, primeiro presidente do regime civil-militar, que normalmente são entendidos como tendo posições “liberais” nas Forças Armadas, embora sejam responsáveis pela criação do SNI, pelo fechamento do Congresso em 1977, entre outros atos autoritários. Cf. SKIDMORE, op. cit.

<sup>66</sup> LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 87

<sup>67</sup> ALVES, op. cit., p. 223.

<sup>68</sup> FERREIRA, op. cit., p. 19.

<sup>69</sup> Aqui entendido como os “políticos” em contraposição aos outros grupos da sociedade civil, como trabalhadores.

<sup>70</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 35.

<sup>71</sup> FERREIRA, op. cit., p. 42.

<sup>72</sup> ALVES, op. cit., p. 227.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 226.

Rio de Janeiro (e na Guanabara), no Paraná, Acre, e Amazonas, onde a importância dos centros urbanos era grande. A vitória nestas localidades serão uma tônica das próximas eleições, em que os estados mais industrializados e as grandes cidades se tornarão “redutos oposicionistas”.

Os fatores novos desta eleição, segundo Lamounier<sup>74</sup>, seriam o caráter plebiscitário do pleito, entre os que aprovavam ou não o regime, de maneira que esse tipo de voto atingiu essas áreas urbanas supracitadas nas quais o descontentamento se dava em contraposição ao “modelo econômico” do regime; outras condições de emergência deste tipo de voto foram a revitalização do interesse popular pelas eleições; e novas identificações partidárias que surgiram, apagando, em parte, os resquícios pré-64<sup>75</sup>. Além disso, outro fator importante desta eleição é que o MDB teria sido protegido do desgaste da administração, que estaria nas mãos do regime e da ARENA. Houve um grande aumento da votação do MDB, enquanto a ARENA seguirá numa linha diametralmente oposta, com diminuição do seu eleitorado

Ainda que houvesse um clima de liberalização, as perseguições, torturas, prisões e a utilização, contra deputados oposicionistas, dos poderes delegados pelo AI-5, continuavam sendo exercidos por parte do governo. Um exemplo da continuidade da repressão é a morte na prisão de Vladimir Herzog, jornalista do *O Estado de São Paulo*, em 75, que havia criticado o regime<sup>76</sup>.

Com essa vitória inesperada do MDB em 1974, os militares, através de um estudo do SNI, propuseram modificações nas regras eleitorais mostrando ainda o poder repressivo do governo. Em 1976, Geisel baixou o Decreto-Lei nº 6.639, que, assinado pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, ganhou seu nome. A conhecida Lei Falcão determinava que os candidatos durante a campanha iriam se limitar a apresentar no rádio e na TV apenas seu currículo, nome e número acompanhado de fotografia. Segundo as informações do SNI, o uso

---

<sup>74</sup> LAMOUNIER, op. cit., 1988, p. 111.

<sup>75</sup> Não concordo inteiramente com essa alegação, já que a importância dos partidos pré-64 se aplicam depois nas eleições de 1982, principalmente no nosso caso em estudo, em que a memória do *trabalhismo* e dos personagens deste “movimento” será recuperada principalmente pela oposição. Além disso, o PDT procurará o antigo eleitorado do PTB e, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, onde este tinha grande presença, conseguirá suas maiores votações. Ferreira matiza essa afirmação de Lamounier indicando que pelo menos naquele momento, as opções político-partidárias seriam MDB e ARENA (FERREIRA, op. cit., p. 52.).

<sup>76</sup> Esses acontecimentos demonstram também, que a abertura foi vista com certo ceticismo e uma possível “radicalização fascista” ou algum retrocesso por parte do governo eram preocupações constantes, principalmente da oposição, seja ela, partidária, seja a da Igreja, entre outras instituições que manifestavam seu descontentamento. (SKIDMORE, op. cit., p. 110.)

livre da televisão e rádio fora determinante para a vitória oposicionista<sup>77</sup>. Essa lei seria utilizada nas eleições subseqüentes, começando com as municipais de 1976<sup>78</sup>.

As eleições de 1976 foram marcadas pela disponibilização da burocracia e finanças do Estado central e dos demais estados ao serviço da ARENA<sup>79</sup>. Assim sendo, embora não pudessem os candidatos falar na TV e rádio, os ministros e o presidente, envolvidos na campanha<sup>80</sup>, o faziam em prol do partido de apoio do regime. Já o MDB passou por enormes dificuldades com relação a recursos financeiros, além disso, as capitais e áreas de segurança nacional não tinham disputa para prefeito, sendo as grandes cidades do interior<sup>81</sup> o palco principal da disputa.

Quanto aos resultados, podemos considerar uma conquista apertada para a ARENA<sup>82</sup>, embora nos estados mais industrializados e nas maiores cidades houve uma vitória do MDB. Com base nestes resultados, verificou-se que, sem modificações na legislação eleitoral, o governo poderia perder a maioria no Congresso e nas assembléias dos grandes centros do país, o que ameaçaria a distensão, processo que exigia o controle do Congresso pelo governo.

A partir desta situação de grande evolução na quantidade de votos da “oposição consentida”, para manter o controle do processo político eleitoral, o presidente Geisel, em razão de uma discussão entorno da reforma do judiciário<sup>83</sup>, fechou o Congresso e baixou a Emenda Constitucional número 8, conhecida como “pacote de abril”, que impôs modificações na legislação eleitoral da Constituição de 1969.

Entre as medidas contidas, estavam as referentes à eleição indireta de governadores mantida para 1978, em que haveria participação, além dos deputados estaduais, no colégio eleitoral, de uma representação dos municípios (controlados em sua maioria pela ARENA); foi criada a figura do “senador biônico”, em que a escolha de uma das vagas da renovação dos dois terços do Senado seria indireta, além do restabelecimento da sublegenda; o cálculo da representação dos estados voltou a ser feita pela população e não pelo número de eleitores

---

<sup>77</sup> ALVES, op. cit., p. 229.

<sup>78</sup> Sobre o impacto da Lei, Alves coloca que em nível nacional “os maiores jornais do país na época tinham tiragem máxima de 300 mil exemplares, atingindo cerca de 20 milhões de pessoas; em compensação, o rádio atingia 85 milhões de pessoas, e a televisão aproximadamente 45 milhões.” (Ibid., p. 229-230.)

<sup>79</sup> Ibid., p. 230.

<sup>80</sup> FERREIRA, op. cit., p. 46.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> 15.200.000 (aproximadamente 35%) da ARENA contra 12.700.000 (aproximadamente 30%) do MDB. (ALVES, op. cit., p. 231.)

<sup>83</sup> Segundo Alves, o impasse sobre o pacote para reforma do judiciário teria sido promovido pelo governo, a fim de resolver a situação através do fechamento do Congresso. Em nota de rodapé, a autora apresenta a possibilidade de que a crise tenha sido pré-fabricada pelo governo Geisel, a fim de forçar o MDB a rejeitar a proposta. (Ibid., p. 233.)

(aumentando bancadas do Norte e Nordeste controladas pela ARENA); o *quorum* constitucional foi reduzido para maioria simples, ao invés de dois terços (assim MDB não podia impedir emendas à constituição); e a Lei Falcão foi mantida<sup>84</sup>.

Essas novas resoluções foram aplicadas nas eleições de 1978, que renovariam dois terços do Senado, a Câmara Federal e as Assembleias Legislativas estaduais. O fato é que, diante das disposições do “Pacote de Abril”, a ênfase da campanha do MDB foi justamente na contradição entre discurso e prática, ou seja, entre a afirmação do governo de buscar a normalidade institucional e clamar a volta à democracia e a ação autoritária principalmente em relação ao controle sobre as disposições eleitorais.

Todavia, apesar desses constrangimentos impostos pelo pacote, na comparação com as eleições anteriores, o pleito de 1978 teve uma vitória da ARENA para os legislativos estaduais e para Câmara Federal por uma margem bem menor, além disso, o partido da situação perdeu por cerca de 4,3 milhões de votos na disputa pelo Senado<sup>85</sup>. A grande discrepância é entre o voto popular e o resultado eleitoral, fruto do “Pacote de Abril”<sup>86</sup>.

O caráter plebiscitário foi aliado do MDB nestas eleições novamente e a partir deste momento, entidades como a OAB, a CNBB e as CEBs, além de associações profissionais, despertam para a crítica ao regime e numa luta pela redemocratização<sup>87</sup>, além do tema da anistia, de forma que esse momento é conhecido como o “renascimento da sociedade civil”<sup>88</sup>. Nesse contexto, o MDB serve como canal institucional e político, com apoio inclusive das esquerdas, tornando-se oposição “real” ao regime<sup>89</sup>. O ano de 1978 é marcado também por greves de trabalhadores de diversas categorias.

Ernesto Geisel terminara o seu mandato suspendendo a censura à imprensa e revogando o AI-5 e para substituí-lo, cria o “Estado de Emergência”, que garantia direito ao presidente de “suspender todas as garantias individuais; suspender liberdades públicas;

---

<sup>84</sup> FERREIRA, op. cit., p. 47-48.

<sup>85</sup> ALVES, op. cit., p. 239.

<sup>86</sup> Segundo Alves, apesar de o MDB ter recebido 56,9% dos votos válidos para o senado, ficou com apenas 9 cadeiras, enquanto a ARENA obteve 36, sendo 21 através da eleição dos “senadores biônicos” indiretamente. Com diferença pequena de votos para a Câmara de deputados, 50,4% para ARENA e 49,5% para o MDB, a disposição de cadeiras foi de 231 contra 189. Para as assembleias estaduais a oposição ficou com 353 cadeiras, contra 492 da ARENA. (Ibid., p. 239).

<sup>87</sup> ALVES, op. cit. e FERREIRA, op. cit.

<sup>88</sup> Sobre a participação da sociedade civil no período da transição há grande bibliografia, em especial ver: obra de Maria Helena Moreira Alves: *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1985* (Bauru: Edusc, 2005: 243-272) e do livro organizado por Alfred Stepan, *Democratizando o Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988) os capítulos de Ralph Della Cava, Igreja e a abertura, 1974-1985; de Scott Mainwaring, Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu; de Sonia E. Alvarez, Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia; e Margaret Keck, O “novo sindicalismo” na transição brasileira.

<sup>89</sup> ALVES, op. cit. e FERREIRA, op. cit.

intervir em sindicatos; atribuir às Forças Armadas todos os poderes de polícia e entregar ao julgamento de tribunais militares todos os que forem presos durante sua vigência”<sup>90</sup>. Essas políticas governamentais aumentavam a sua impopularidade e podiam ser um risco para as próximas eleições. Entretanto, demonstravam a preocupação do regime na manutenção do controle da liberalização. Lamounier deixa claro que a disputa eleitoral visava um legislativo “enormemente esvaziado em suas funções e prerrogativas”<sup>91</sup>, o que permitiu a liberalização pela via eleitoral, legando uma maior ocupação de espaços pela oposição.

A partir de 1979, com Geisel elegendo o seu sucessor, o general João Figueiredo, a “distensão” se torna “abertura”, dando prosseguimento à *liberalização* iniciada em 1974. O governo Figueiredo será caracterizado por intensa crise econômica, com grande aumento da inflação, sendo também durante este momento que se dá o fim do bipartidarismo, é promulgada a anistia e ocorrem as eleições de 1982, que são definitivamente um marco no contexto da transição política brasileira, visto que seu resultado final é que o monopólio sobre a política-institucional é retirado do controle do governo<sup>92</sup>.

Sobre a anistia, promulgada em 1979, cabe destacar que marca a volta do exterior de alguns personagens, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.

### **1.2.2. A reforma partidária**

Como destaca Skidmore<sup>93</sup>, o governo do general João Figueiredo manterá como Ministro-Chefe da Casa Civil o general Golbery do Couto e Silva, grande articulador da distensão durante o governo de Ernesto Geisel. Nesse ínterim, verificando-se que o caráter bipartidário do sistema partidário estava favorecendo a utilização do voto plebiscitário, principalmente nas regiões mais industrializadas do país e nos grandes centros urbanos e que davam vantagens para a “oposição consentida”, o MDB, uma das propostas do ministro foi fragmentar a oposição a fim de, se mantendo a ARENA com uma nova sigla, o PDS, dividir os votos oposicionistas e trazer vantagens para o partido da situação. Esse processo tinha como foco as eleições de 1982, quando se voltaria a eleger diretamente os executivos estaduais, além da renovação de um terço do Senado, da Câmara Federal e para dos

---

<sup>90</sup> FERREIRA, op. cit., p. 66.

<sup>91</sup> LAMOUNIER, op. cit., 1988, p. 122.

<sup>92</sup> Ibid., p. 124.

<sup>93</sup> Ibid. e ALVES, op. cit., p. 321.

legislativos estaduais. Cabe destacar que o futuro presidente seria eleito pelo Colégio Eleitoral votado nesta eleição, por isso a sua importância.

Outro ponto foi o adiamento das eleições municipais de 1980 para 1982.

A partir destes pressupostos, identificamos a aprovação no Congresso, sob fortes críticas do MDB, a Lei Orgânica dos Partidos, de 1979, lei 6.767<sup>94</sup>, tendo como prerrogativas: a extinção do MDB e da ARENA. Este último se mantém coeso, formando o Partido Democrático Social (PDS), agremiação que procurava se desvincular das políticas impopulares do governo e dos infortúnios da situação econômica do país e do próprio autoritarismo do regime, elementos identificados com a desgastada ARENA.

Na área do MDB, o debate sobre o surgimento de novos partidos fora grande. Não podemos esquecer que o MDB tinha como característica a grande heterogeneidade de sua composição que reunia, em grande parte, os insatisfeitos com o regime. Além disso, embora inicialmente a oposição político-partidária tenha sido atingida pelo autoritarismo do governo, com o fato que diversas lideranças ou se exilaram ou tiveram seus direitos políticos suspensos, novas lideranças surgem conforme se desenrola os processos políticos. Nesse contexto com a lei da anistia que garante a volta dos exilados e dos direitos políticos aos que os tiveram suspensos, gera um impasse entre as antigas e novas lideranças quanto à formação de novos partidos.

A partir daí, identificamos dentro do MDB um grupo que optava pela não divisão da oposição e a união de todos sob uma nova sigla, enquanto outro queria aproveitar o espaço “liberalizante”, proposto pelo governo, para acomodar as diferentes correntes em diferentes partidos.

Frente a essa situação, surge o PMDB, que obedecendo à legislação que obrigava a utilização do P (de partido), apenas agrega a letra a seu nome e procura se apresentar como o “herdeiro” do antigo partido de oposição no bipartidarismo. Segundo Kinzo<sup>95</sup>, mantém a heterogeneidade do seu predecessor e uma “cautela”, que seria fruto do grande tempo em que ficou aceitando as regras do jogo impostas pelo regime para continuar existindo. Surge como maior partido de oposição do país, congregando “conservadores”, comunistas, dentre eles membros do MR-8 do PC do B e do PCB, além de antigos petebistas e membros de partidos menores do período 45-64. O maior líder do partido em nível nacional é Ulysses Guimarães, sendo no Rio Grande do Sul proeminente o nome do ex-petebista Pedro Simon.

---

<sup>94</sup> ALVES, op. cit., p. 322.

<sup>95</sup> KINZO, Maria D’Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, 1993, p. 25

Outro grupo que integrava o MDB preferiu seguir a figura do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, que como supracitado, foi beneficiado pela anistia, e retornou ao país a fim de restabelecer o antigo PTB<sup>96</sup>. Conquanto Brizola quisesse “reviver” o PTB, teve de entrar em conflito com Ivete Vargas, sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas e que tinha muito menos expressão política. Talvez atento a este fato, o governo permitiu que a sigla ficasse com Ivete, de modo que Brizola teve como saída a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que terá seus maiores redutos no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul<sup>97</sup>. A prerrogativa ideológica do partido se baseará no trabalhismo fundado por Getúlio aliado à social-democracia, estando inclusive vinculado à internacional socialista. Como fica claro, Brizola é o grande líder do partido em nível nacional.

O PTB, embora inicialmente considerado de oposição e tendo na figura do ex-presidente Jânio Quadros o seu principal expoente, acaba sendo uma força intermediária que ora votará com a oposição, ora com o governo, muito mais, aliás, com este último<sup>98</sup>. Acaba não lançando candidato para o governo do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para nenhum nível, sendo que um grupo apoiará o PMDB.

Ainda que de um contexto diferente, baseado no chamado “novo sindicalismo”<sup>99</sup>, que coordenou as greves de 1978 e 1979, tendo como um dos grandes expoentes o líder sindical Luís Inácio “Lula” da Silva, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), com alguma base parlamentar provinda do MDB. O local em que o partido detinha maior força era em São Paulo. Sua ênfase era canalizar ações na defesa dos direitos e reivindicações dos trabalhadores.

Outro partido que se organizou neste momento foi o Partido Popular (PP), que tinha como idealizadores membros conservadores do MDB e dissidentes da ARENA. Entre os afiliados, verificamos empresários e representantes do setor financeiro, que desejavam constituir uma oposição mais conservadora. Tancredo Neves (ex-MDB) e Magalhães Pinto (ex-ARENA) eram seus principais líderes.

---

<sup>96</sup> Partido criado por Getúlio Vargas e que ganhou muita popularidade até 1964, sendo que o próprio Brizola se elege por esta sigla em 1954.

<sup>97</sup> KINZO, op. cit., p. 29.

<sup>98</sup> FERREIRA, op. cit., p. 98.

<sup>99</sup> Cf.: ALVES, Maria Helena Moreira. O período da abertura e o movimento popular: um desafio para o Estado de Segurança Nacional. In: \_\_\_\_\_. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1985*. Bauru: Edusc, 2005. pp. 291-320 e ALMEIDA, Maria Hermínia T. Novas tendências do Movimento Sindical. In: TRINDADE, Hégio Henrique Casses. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre : Sulina, 1982. pp. 81-103.

### 1.3. As eleições de 1982: introdução

As eleições de 1982 são um marco no processo de transição política, principalmente em decorrência de seus resultados. O fato é que depois de 1965, volta-se a eleger por via direta os governadores estaduais, bem como os eleitores escolheriam candidatos para todos os níveis, exceto presidente. Neste momento, também se definiria o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo chefe máximo do executivo.

Devido à importância destas eleições que, além da utilização do método da divisão das oposições, o governo Figueiredo gerou uma série de constrangimentos eleitorais conhecidos por “Pacote de Novembro”, de 1981.

Entre as medidas, destacamos: a proibição das coligações; a obrigatoriedade dos partidos de lançar candidatos a todos os níveis; a vinculação total dos votos, com pena de anulação em caso de desobedecimento da regra; e proibição de renúncia do candidato a não ser que o partido desistisse das eleições. Esses elementos foram chamados pela oposição de “casuísmos”.

A resposta da oposição para tal artimanha governamental foi a incorporação do PP pelo PMDB, restabelecendo de certa forma, em nível nacional, o bipartidarismo, já que os dois maiores partidos de oposição se juntavam garantindo várias lideranças conhecidas para a agremiação política e grande potencial eleitoral. Os outros partidos mantiveram-se no páreo e lançariam candidatos para a disputa.

No caso do Rio Grande do Sul, a situação é parecida com a do resto do Brasil. Com a incorporação do PP pelo PMDB, este se torna o maior partido oposicionista, lançando o ex-membro do antigo PTB, senador eleito pelo MDB em 1978, Pedro Simon, à candidatura para o governo do estado, tendo como vice um membro da esquerda-liberal emedebista, Odacyr Klein<sup>100</sup>. O senador eleito pelo MDB em 1974, Paulo Brossard, seria novamente o candidato ao Senado.

O PDS, segunda força no estado, teve como candidato o ex-ministro da Previdência Social, Jair Soares, e completando a chapa, Cláudio Strassburguer, empresário gaúcho. O partido usou do subterfúgio da sublegenda para concorrer ao Senado, em que disputaram Alberto Hoffmann e Carlos Chiarelli.

---

<sup>100</sup> GRILL, Igora Gastal. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 2003, p. 382.

O PDT, de certa forma, beneficiado pela figura de Brizola, que se candidatara ao governo do estado do Rio de Janeiro, era acompanhado da herança trabalhista. O candidato para o governo era Alceu Collares, de origem “humilde” e tendo sido o deputado federal mais votado pelo MDB em 1978. Completava a chapa o candidato a vice-governador Octávio Caruso da Rocha e Getúlio Dias candidato para o Senado.

O PT lançara para o governo o bancário e líder sindicalista Olívio Dutra, com a vice Geci Prates e Raul Pont seria o candidato a senador.

A situação do Estado acompanhava a do país, com crise econômica e grandes vitórias emedebistas nas eleições anteriores, principalmente em Porto Alegre. O que tornava o Rio Grande do Sul um “reduto oposicionista”.

A divisão das oposições, no entanto, acaba por colocar em disputa a força de dois partidos em especial, o PMDB e o PDT, ambos oposicionistas e com grandes lideranças. A partir disto, os dois se posicionam na campanha eleitoral e formulam discursos a fim de se diferenciarem um do outro, de maneira que cabe analisarmos a campanha eleitoral de 1982 e quais as *ideias-força* produzidas por ambos os partidos caracterizando uma relação contrastante e uma grande rivalidade.

## 2. PMDB X PDT: “BALAIO DE CARANGUEJOS” x “OVELHAS DESGARRADAS”

### 2.1. 1982: A campanha

Tivemos como objeto de observação em nossa pesquisa o desenrolar da campanha eleitoral de 1982, já que esta fora marcada pela Lei Falcão, instrumento do governo que impedia a utilização do rádio e da TV pelos candidatos, a não ser pela “enfadonha” apresentação de currículos. É, portanto, através dos jornais que os candidatos expuseram seus programas e discursos em maior amplitude<sup>101</sup> e onde foram entrevistados e dialogaram com os seus adversários.

A partir destes pressupostos, alguns assuntos suscitaram o interesse de todos os partidos envolvidos na disputa no Rio Grande do Sul, desde o PDS até o PDT, PMDB e PT, como, por exemplo, a crítica à Lei Falcão, que fora considerada prejudicial inclusive pelos pedessistas; o voto direto para presidência; a reforma partidária; a modificação ou revogação da Lei de Segurança Nacional, que chamava atenção inclusive de candidatos do PDS como Jair Soares, a favor de revisão; os chamados “casuísmos”, que eram fruto do “pacote de Abril”, ou seja, a legislação eleitoral proposta pelo governo, sendo considerados elementos que favoreciam o PDS, segundo a oposição.

Outros temas, de cunho econômico, como o modelo e a política econômica, a agricultura e a pecuária, a habitação, o desemprego, o êxodo rural, a “entrega das riquezas às multinacionais”, a fome, a dívida externa, a mortalidade infantil, o lucro dos bancos, a inflação, a redução do valor dos salários, entre outros, eram explorados tanto pela oposição como pelo partido do governo, evidenciando o momento de crise vivido pelo regime, que se desgastara com o fim do “milagre brasileiro”.

A própria “abertura” política e a liberalização do regime eram discutidas, entretanto, diferentemente das temáticas econômicas, esta tinha um aval por parte da oposição, que considerava positiva, embora “defeituosa”, o aumento das liberdades. Imaginava-se que as oposições poderiam vencer nos principais estados e que a partir de 1982, viver-se-ia sob a égide de um regime democrático ou de normalidade democrática.

---

<sup>101</sup> Com base em nossas observações, os candidatos, principalmente os de cargos majoritários (governador e senador) acabaram por fazer uma campanha de contato com o público com inúmeras viagens e discursos por quase todas as cidades gaúchas, a fim de vencerem o fato de não ter acesso aos meios de comunicação da TV e do rádio.

Diante desse contexto, o Rio Grande do Sul, como verificamos tinha dois grandes partidos em disputa, o PDS pró-regime, e o PMDB, oposição; mas também destacava-se uma “terceira força”, o oposicionista PDT, que reclamava a origem trabalhista de seus membros, trabalhismo este reconhecidamente uma força no Estado. Assim, os dois partidos de oposição mais destacados, além de terem o inimigo em comum, o PDS, vão colocar-se um em oposição ao outro, diferenciando-se através da produção de expedientes que ao mesmo tempo são contrastantes com relação ao outro e constroem a imagem que o partido quer transmitir de si mesmo.

## 2.2. PMDB igual ao PDS

O principal ponto que os “porta-vozes” do PDT exploraram, durante a campanha, foi a de uma possível ligação entre PDS e PMDB. Dois fatos em particular contribuem para a formulação desta concepção: a incorporação do PP, e a presença de antigos membros da UDN, PL e ARENA, que se ligaram ao partido de outra maneira.

O grande trunfo do PDT era explorar a presença de ex-arenistas no PMDB, já que o grande inimigo daquela eleição era o próprio regime, assim como ocorrera em 1974 e 1978, no entanto, agora a oposição dividida procurava maneiras de se diferenciar e se colocar no lugar da “verdadeira oposição”. Para os pedetistas, o discurso utilizado nesta perspectiva era de não considerar o PMDB uma oposição e, ainda mais, considerá-lo como igual ao partido do governo, o PDS.

No início da campanha, podemos identificar a formulação desta noção, quando o dirigente peemedebista e coordenador da campanha de Pedro Simon, Brusa Netto, comparece ao encontro do PDS, que lança Jair Soares candidato a governador, o que não havia feito com o PDT. Este fato gerou várias críticas por parte dos dirigentes pedetistas, em especial Carlos Augusto Souza, secretário geral do PDT, que ao comentar o fato afirmou: “[...] representa a solidariedade dos peemedebistas ao partido do Governo, mostrando a identidade existente entre as duas agremiações políticas”<sup>102</sup>. Num outro contexto, Porfírio Peixoto, candidato do PDT para Assembleia Legislativa, afirma “Vencer o PDS ou o PMDB é a mesma coisa. Pois o PDS é a Arena e o PMDB é a Arena Dois.”<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> *Zero Hora* 3/08/1982, p. 08.

<sup>103</sup> *Zero Hora* 14/08/1982, p.10.

Fica bastante clara a ideia de que o PDT intenta passar de uma vinculação PDS-PMDB, já que além de ter como inimigo o PDS, a fim de conseguir uma vitória eleitoral, o PDT tinha de derrotar também o PMDB, maior partido de oposição no país. Desta feita, a visão de que seriam iguais é ressaltada por Alceu Collares ao afirmar:

O PMDB é o primo-irmão do PDS [...]. Conservadores Liberais que se reuniram numa frente ampla com interesses eleitoreiros para formar o PMDB se assemelham muito aos integrantes do PDS. Para mim eles são parentes. Pertencem à mesma árvore genealógica. São farinha ruim do mesmo saco, vinho estragado da mesma pipa. Visam seus interesses particulares.<sup>104</sup>

ligando os dois partidos ao regime, automaticamente, os peemedebistas não seriam capazes de trazer mudanças como expõe novamente o candidato ao governo do estado pelo PDT,

Se por algum azar o PMDB ou o PDS vierem a ganhar estas eleições, tudo continua como está, indo de mal a pior, porque a PMDB de hoje é tão conservador e a cúpula deste conglomerado está tão comprometida com a minoria rica que controla este País, que seu modelo alternativo não pode alterar em nada a estrutura do atual modelo econômico dependente e comprometido.<sup>105</sup>

Somando, Alceu Collares, em outro momento que o PMDB seria uma “agremiação inócua que não assusta o governo, porque é constituído de conhecidos conservadores liberais, homens de interesses iguais aos dos banqueiros, como Severo Gomes, Sinval Guazzelli, Cirne Lima, Mário Ramos e outros que comungam do mesmo pensamento.”<sup>106</sup> sendo esta afirmação fruto da incorporação do PP, que traz nomes conhecidos da ARENA para a sigla do PMDB. Os agentes do PDT criticam a influência de políticos arenistas, como o ex-governador nomeado pela ARENA, Sinval Guazzelli, então candidato a deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Cabe ressaltar que a presença destes arenistas suscitou a possibilidade de criação de um novo partido, como é o caso da afirmação do candidato do PDT para a Assembleia Legislativa, Aldo Pinto<sup>107</sup>, de que “70% dos integrantes do PMDB são originários do

---

<sup>104</sup> *Correio do Povo* 5/10/1982, p. 08.

<sup>105</sup> *Zero Hora* 27/09/1982, p. 13.

<sup>106</sup> *Zero Hora* 11/09/1982, p. 09.

<sup>107</sup> Não sabemos medir a quantidade de ex-arenistas no PMDB, nem se os dados oferecidos na citação acima estão corretos, além disso, embora não tenha sido gerado um Partido Liberal depois das eleições de 1982, também não temos informações sobre conversações entre a ala mais “conservadora” do PMDB para a formação deste ou de algum outro partido.

Governo, ou seja, da extinta Arena e que com a mobilização pela criação do Partido Liberal já começam a pensar numa nova composição partidária.”<sup>108</sup>.

O que importa é a formulação de um discurso que tenta ao mesmo tempo, colocar o PMDB numa posição mais conservadora e pró-regime, o que tornaria o PDT o mais antagônico a este e a opção de oposição única ou mais radical.

Esse expediente é veiculado principalmente por Leonel Brizola, quando vem do Rio de Janeiro apoiar a candidatura pedetista de Alceu Collares, afirmando que “nós estamos vivendo uma situação parecida com aquela do Pasqualini. O Pedro Simon e o Jair não são exatamente iguais. Na aparência, mas no fundo, não tem diferença muito grande”. Continua asseverando:

Nós temos identidade própria. Ou quem sabe vamos perguntar para o seu Guazzelli como é que se faz revolução, vamos perguntar para o seu Paulo Brossard como é que se faz opressão; perguntar para o homem do cachimbo como se faz opressão. Tenham paciência. Para o seu Guazzelli que agora está bancando opositorista, bancando democrata, porque ele não fez oposição e não fez democracia quando ele foi governador aí? Interventor da ditadura? Muita retórica, essa gente é muito sabida. Os conservadores saem, entram os liberais. Os liberais saem, voltam os conservadores e o povo, a luta social, fora. Eu conheço essa cantoria, eu conheço bem esse pessoal. E não são só esses que eu citei não. Está cheio de gente que é contra tudo aquilo que o povo precisa<sup>109</sup>

Alceu Collares acompanha esta linha ao admitir sobre o candidato Pedro Simon que

se não houvesse a Lei Falcão, nesta véspera de pleito eu gostaria de ver o Senador na televisão respondendo algumas perguntas: é verdade ou não que nos Estados do Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia, os candidatos do PMDB a governador são egressos do antigo PP e da antiga Arena? Quantos são senadores biônicos? Perante essa realidade, de que toda a sorte de antigos serviçais do regime hoje integram, na mais alta direção política, o PMDB, como garantir que tais elementos, de passado ditatorial, não pretendem a volta da exceção que os projetou?<sup>110</sup>

O fato do PMDB não ser uma oposição aparece novamente com o candidato pedetista ao governo ao admitir que os membros do PMDB “[...] querem dizer que é o mesmo ex-MDB. É outra coisa, e coisa muito ruim.” afirmando que “o PDS e o PMDB são iguais, são todos liberais conservadores que só pensam em assegurar a vitória do Governo para impedir

---

<sup>108</sup> *Zero Hora* 12/09/1982, p. 16.

<sup>109</sup> *Zero Hora* 3/11/1982, p. 09.

<sup>110</sup> *Zero Hora* 9/11/1982, p. 08.

que o trabalhismo dê início às grandes transformações sociais por que o povo está clamando a vários anos.”<sup>111</sup>

Outro ponto importante, é que, além da presença dos ex-arenistas provindos do PP, outros argumentos são utilizados para vincular o PMDB ao PDS, entre eles, os candidatos originários da UDN e do PL, que são considerados pelos pedetistas como inimigos do trabalhismo, a exemplo Paulo Brossard, ex-PL, que concorre ao senado pelo PMDB, sendo alvo do PDT, também pelo fato de ter, inicialmente, apoiado o golpe de 1964.

Em suma, esta será a grande arma do PDT para atacar o PMDB e o motor para a construção das outras *idéias-força* identificadas.

### **2.2.1. A frente: o PMDB**

O PDT, ao longo da campanha, condenou o caráter frentista do PMDB, típico de seu predecessor, o MDB, que tinha como tática o monopólio da Oposição. A incorporação do PP, o apoio do PC, além da presença de antigos membros do ex-PTB, PSD, UDN, PL e outras siglas menores, com ideologias que variavam da “esquerda” para “direita”<sup>112</sup>, são os motivos pelos quais os pedetistas vão tentar atingir o eleitorado, buscando tirar a legitimidade de oposição do PMDB e sua capacidade de expor-se unido.

O PMDB, em grande medida, apresenta-se como o sucessor do MDB, que servia de “oposição consentida” no período 1966-1979. O MDB se caracterizava por congregar, ao longo de sua existência, um grande número de políticos de diferentes origens partidárias, ideológicas e sociais, visto que era o partido que integrava os opositores do regime para disputa do jogo político eleitoral.

Desta maneira, mantiveram-se dentro do PMDB diversos políticos de diferentes correntes de pensamento, como os provenientes do antigo PTB, Pedro Simon, Sigfried Heuser e Wilson Vargas, que se consideram trabalhistas, membros da UDN, como Sinval Guazzelli e do PL, como Paulo Brossard, além de comunistas como Jussara Cony. São essas diferenças entre os membros do PMDB que serão atacadas pelo PDT, não apenas as diferenças, como a própria presença destes dentro do mesmo partido.

---

<sup>111</sup> *Zero Hora* 06/11/82, p. 13.

<sup>112</sup> Com direita e esquerda não pretendemos esmiuçar a questão da existência ou não, realmente, de ideologias que se encaixassem nesta nomenclatura. Neste sentido, procuramos apenas empregar termos comumente utilizados para diferenciar os partidos políticos e as diferentes correntes ideológicas.

Outro ponto fundamental é o caráter frentista do PMDB, nomeado de “frente inorgânica”, “frente ampla”, “balaio de gatos”, “saco de gatos”, “balaio de caranguejos”, “zoológico”, “amontoado eleitoreiro”, “conglomerado eleitoral”, “torre de Babel”, entre outras denominações bastante críticas por parte dos porta-vozes pedetistas. Como coloca Alceu Collares, quando critica Pedro Simon, afirmando:

[...] o PMDB é um balaio de bixos da pior espécie, que não tem como sobreviver. Esses bixos todos, como é que vão conviver no mesmo balaio? Como esse homem que nos traiu, esse equilibrista de tendências políticas, como poderia governar? Com o apoio dos comunistas – e não faço crítica, apenas constato que tem apoio dos comunistas, como tem dos fascistas, homens da direita e da esquerda. [sic] <sup>113</sup>

Getúlio Dias afirma, na campanha, diante de um assunto sobre a decisão de manter os trabalhistas no MDB ou criar um novo partido, que “a frente eleitoral oposicionista no partido único, praticamente, esgotara sua função com a liberalização do regime”<sup>114</sup>, assim, procura deslegitimar a existência de um partido com as características descritas acima para o PMDB. O candidato ao governo do estado pelo PDT reforça este argumento:

a frente eleitoreira não serve para construir a democracia, e não tem condições de oferecer uma alternativa definida no campo econômico-social. Hoje é tempo de construção, e frente eleitoreira é oportunismo de direita, apenas para manter o nível de liberalização do regime, mas não para acabar com ele, não para eliminá-lo e construir uma nova sociedade, que o trabalhismo quer que seja profundamente social.<sup>115</sup>

Essas afirmações denotam que seria ultrapassado o modelo frentista do PMDB, ou seja, já não tinha utilidade eleitoral, além de ser nocivo como propõe Alceu Collares ao indicar: “Estas frentes amplas desorganizam o povo, porque não têm proposta ideológica. Constituem aglomerados de correntes antagônicas que se anulam. [...]”<sup>116</sup>.

A imagem que os pedetistas, automaticamente, tentam imputar a si próprios com esta crítica é de que valem, na disputa, os “verdadeiros partidos”, com “ideologias definidas”. Um exemplo propõe Américo Copetti, candidato do PDT à Assembleia legislativa, de origem socialista, ao contrário da frente “Um partido, [...], é sempre faccioso, é sempre definido. Ele

---

<sup>113</sup> *Zero Hora* 15/08/1982, p. 13.

<sup>114</sup> *Zero Hora* 17/09/1982, p. 09.

<sup>115</sup> *Zero Hora* 02/10/1982, p. 09.

<sup>116</sup> *Correio do Povo* 12/11/1982, p. 09.

apresenta sempre a visão de um ângulo. Pode ser rejeitado por esta visão, mas ele cria o contraditório. A sua influência é mais restrita, mas ele é mais eficiente, porque mobiliza”<sup>117</sup>

Nesse contexto, podemos identificar que os pedetistas atacavam a configuração do PMDB enquanto partido político, como reforça, por exemplo, o então líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa, Romildo Bolzan: “O PMDB, hoje, não se constitui em partido político, mas sim uma verdadeira torre de Babel.”.

Além desses pontos, Alceu Collares, reitera o não oposicionismo e o conluio com o governo por parte do PMDB, “por ser uma frente inorgânica, torna-se um aglomerado de divergências ideológicas que não merece qualquer confiabilidade do povo gaúcho, pois todas elas estão a serviço do sistema e do Governo João Figueiredo.”<sup>118</sup>. Em outro momento, Getúlio Dias assegura que o PMDB

Trata-se, sem dúvida, de uma aglutinação destituída de qualquer princípio, na qual se acotovelam, numa unidade promíscua e oportunista, os assecias de Chagas Freitas, senadores biônicos, ex-governadores a serviço do arbítrio, juntamente com remanescentes do udeno-lacerdismo e algumas facções rivais da esquerda. Aí está a burla que o eleitoralismo peemedebista quer impor ao nosso povo, pedindo inescrupulosamente o voto de oposição.<sup>119</sup>

Outro ponto que verificamos é a possibilidade de fragmentação do PMDB que os pedetistas colocam em pauta, como exemplifica Romildo Bolzan ao asseverar que o PDT “vem para permanecer: não é uma frente transitória que, como o PMDB, desaparecerá com as próximas eleições”<sup>120</sup>.

Em suma, identificamos como o PDT se coloca como “partido” enquanto trata o PMDB como uma “frente”, já ultrapassada e pouco coesa. Nesse sentido, dentro desta noção de atacar a multiplicidade de correntes dentro do PMDB, verificamos dois outros expedientes, um em relação à presença da direita, e outro da esquerda.

### **2.2.1.1. A incorporação do PP**

Os pedetistas investiram contra a incorporação dos pepistas, membros do Partido Popular criado em 1979, que, no entanto, devido ao “pacote de novembro” e os “casuísmos eleitorais”, preferiram se ligar ao PMDB para terem melhores chances nas eleições.

---

<sup>117</sup> *Correio do Povo* 29/09/1982, p. 08.

<sup>118</sup> *Zero Hora* 10/11/1982, p. 11.

<sup>119</sup> *Zero Hora* 14/11/1982, p. 23.

<sup>120</sup> *Zero Hora* 10/8/1982, p. 23

O Partido Popular, formado basicamente por setores moderados do MDB e liberais da ARENA, já tinha sido planejado tanto pelos agentes do governo, quanto pelos seus organizadores, para ser um partido de oposição moderada ao regime Civil-Militar, que, por alguns momentos, inclusive, votasse a favor do governo. Entretanto, devido à proibição das coligações, acaba por se incorporar ao PMDB e, sendo o terceiro maior partido depois de PDS e do próprio PMDB, torna o último o grande bloco oposicionista das eleições de 1982 em nível nacional.

No Rio Grande do Sul, esta incorporação resultou na integração de políticos ligados à antiga ARENA ao PMDB, que, como virtual sucessor do MDB, colocava lado a lado antigos rivais. Nesse contexto, as críticas pedetistas já vinculadas às divergências ideológicas das hostes peemedebistas, vão ao encontro da presença de antigos apoiadores do governo na oposição e pondo em dúvida justamente o caráter desta última.

Alceu Collares, sobre uma reunião dos candidatos a governadores de estado do PMDB, afirmou que “na maioria são ex-arenistas, ex-governadores nomeados, que entraram no PMDB através do PP. O PMDB não é oposição. Foi o PP que incorporou o PMDB.”<sup>121</sup> Comenta ainda, em outro momento, que “o meu MDB não tinha governador nomeado, não tinha governadores torturadores, não tinha o Sr. Sinval Guazzelli.”<sup>122</sup> O candidato ao governo do estado pelo PDT critica a influência de políticos arenistas, como o ex-governador nomeado pela ARENA, Sinval Guazzelli, então candidato a deputado federal pelo PMDB, além de atacar o fato de o PMDB se dizer oposição e sucessor do MDB.

Romildo Bolzan, candidato a deputado federal do PDT, censura a outros ex-arenistas quando assinala que “o PMDB é um verdadeiro cavalo de Tróia. Tudo baseado em um plano arquitetado pelo Governo. Infiltrando integrantes seus nesta frente eleitoreira e interesseira chamada PMDB”, questionando “o que é neste momento Oposição? Sinval Guazzelli, o ex-ministro de Médici, Cirne Lima, os 12 candidatos do PMDB em 12 estados, que serviram ao governo e ao sistema? Os senadores biônicos, governadores, torturadores, ex-ministros da revolução?”<sup>123</sup>, tendo, segundo ele, o PMDB se descaracterizado como partido de oposição com a incorporação do PP.

---

<sup>121</sup> *Zero Hora* 3/09/1982, p. 09.

<sup>122</sup> *Zero Hora* 4/09/1982, p. 15.

<sup>123</sup> *Zero Hora* 6/10/1982, p. 10

Fica patente a tentativa de desvincular o PMDB de seu caráter oposicionista, aludindo a alguma filiação com o PDS, até mesmo para o PDT<sup>124</sup> ocupar os espaços eleitorais da oposição, principalmente no Rio Grande do Sul, onde tem maior força e busca se afirmar como mais antagônico ao regime.

### 2.2.1.2 O apoio dos PC's

O apoio dado pelos partidos comunistas foi mal visto pelos pedetistas e colaborou para a crítica ao caráter frentista do PMDB e para atacar a forma como controlaria todas as “ideologias” agrupadas no partido.

Como é patente em nossas observações nos periódicos, o apoio dos comunistas em nível nacional, ao PMDB, é condenado pelo PDT, por exemplo, no dia 13 de agosto, após a divulgação de um manifesto de apoio do PCB ao PMDB, Carlos Augusto de Souza comentou

O apoio do Partido Comunista Brasileiros ao PMDB evidencia que o PMDB não se constitui em um partido político, mas em uma frente eleitoralista, uma incômoda casa de cômodos, na qual se albergam, circunstancial e indiscriminadamente, senadores biônicos, ex-governadores nomeados, anticomunistas, juntamente com facções rivais da esquerda e até o próprio PCB, que é um partido político<sup>125</sup>

No mesmo dia, Romildo Bolzan assegura:

Não condenamos a tática comunista de acomodar-se dentro da frente ampla do PMDB, enquanto o regime não permite a legalização desse agrupamento, ortodoxo, de nítida denotação conservadora, na sua prática política ao longo da nossa História<sup>126</sup>

Ainda que nesta passagem o deputado Bolzan faça uma ressalva ao fato de os comunistas não poderem ter seu próprio partido, ataca um possível conservadorismo desse grupo e o caráter frentista do PMDB.

---

<sup>124</sup> Não temos informações se antigos membros da ARENA tenham se vinculado ao PDT e concorrido a cargos por este, mesmo assim nos preocupamos aqui em identificar a forma como os pedetistas criticam essa situação do PMDB, bem como automaticamente se colocam como contrastantes a este fato e, portanto, “verdadeira oposição”.

<sup>125</sup> *Zero Hora* 13/08/1982, p. 08.

<sup>126</sup> *Zero Hora* 13/08/1982, p. 09.

Como Figueiredo<sup>127</sup> deixa claro, os PC's tinham uma presença já dentro do MDB, uma vez que não eram legalizados. No PMDB continuaram com importância pelo seu peso elaborativo e programático, ainda que não fosse um partido que evidenciasse disputa entre as classes, mas tivesse o foco na derrubada da ditadura. Entre os principais movimentos comunistas presentes no PMDB destacamos o MR-8, o PRC, mas principalmente o PCB e o PCdoB.

O PCB já convivia no MDB com certa “fluidez” e maior integração no jogo eleitoral, com apoio a candidatos e recrutamento de agentes. O PCdoB, de acordo com César Figueiredo<sup>128</sup>, era mais “fechado” e desprestigiado no PMDB devido à herança da luta armada e às discussões que opunham a revolução à participação no jogo eleitoral. Entretanto, acima de tudo, os comunistas usaram o partido legalizado do PMDB para atuar nas eleições e apoiar candidatos ligados a suas bases.

Outro ponto seria o fato de terem sido os pecebistas que trataram pela primeira vez do chamado “voto útil”, com objetivo de não fazer o jogo do governo e dividir as oposições, fato que unificou pecebistas e membros do PCdoB no PMDB. Destarte, ainda que alguns membros de movimentos comunistas tenham migrado para o PDT e PT, as discussões frente os novos movimentos de esquerda, levaram a essa disposição dos comunistas no Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A noção, muitas vezes, era de chegar primeiro à democracia para então atingir o socialismo.

A presença de candidatos comunistas é em menor medida criticada, sendo o foco maior o apoio destes, como exemplifica Carlos Augusto Souza, afirmando que “Não há, pois, mais do que taticismo ou reboquismo eleitoralista na postura do PCB.” e “não há dúvida que ao declararem que o PMDB é o único partido em condições de derrotar a ditadura, estão pregando a famigerada e desmoralizada tese do voto útil, que foi pelo PCB elaborada, apregoada e divulgada”<sup>129</sup>. Logo, verificamos ataques ao apoio comunista e até a possível formulação do voto útil, mas candidatos ditos “comunistas” não são criticados<sup>130</sup> como os ex-arenistas no caso anterior.

---

<sup>127</sup> FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A relação dos PC's e o MDB-PMDB na transição do regime democrático e a eleição de 1982 no Rio Grande do Sul In: *Encontro Anual da Anpocs* (33. : 2009, out. 26-30 : Caxambu, MG). Programa e resumos. São Paulo: Anpocs, 2009.

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> *Zero Hora* 13/08/1982, p. 08.

<sup>130</sup> Ainda que os pedetistas critiquem o apoio de comunistas, no Rio de Janeiro, o ex-membro do PCB Luís Carlos Prestes, que fora beneficiado juntamente com Brizola pela Anistia, apoiava o candidato do PDT, embora

### 2.2.2 O voto consciente

A crítica à tática do “voto útil” e a criação da tese do “voto consciente”, a fim de combatê-lo, foram uma das vicissitudes da campanha por parte do PDT. Essa estratégia pedetista não tinha a mesma importância daquela do PMDB, não obstante foi uma das prerrogativas da campanha, que basicamente funcionava como uma crítica à tentativa de monopólio da oposição e polarização da eleição pelo PMDB.

Mila Cauduro, candidata a suplente ao Senado na chapa de Getúlio Dias, faz um apelo, neste sentido, exaltando o caráter do seu partido, visto que para ela

O expediente eleitoreiro denominado voto útil, acoberta a adesão dos cúmplices da ditadura, ou melhor, de várias ditaduras. Defenderemos o voto consciente, o voto no-partido que é sinônimo das mais importantes conquistas sociais do povo brasileiro, que é tradição, é força da raça, já é mistura de terra e sangue, o partido liderado por Leonel Brizola. [sic]<sup>131</sup>

Para Romildo Bolzan, “há de se diferenciar se este voto útil e consciente é para o sistema ou para a Oposição. O PDT entende que o voto útil e consciente só pode ser para Oposição. Digo ainda que certos dirigentes do PMDB são verdadeiros inocentes úteis ao sistema”<sup>132</sup>. O candidato segue, a partir da crítica do voto útil, a tônica dos argumentos pedetistas acerca do real caráter oposicionista do PMDB. Sendo que o mesmo Romildo Bolzan admite que “o voto útil para o PMDB é na realidade um voto útil para o Sistema [...]”, muito em função dos argumentos que estamos mostrando ao longo da nossa exposição, acerca da presença de ex-arenistas no PMDB.

Já quanto ao fato de tentar voltar ao *voto plebiscitário* do bipartidarismo com o monopólio da oposição, Alceu Collares declara:

essa confusão que alcança as mentes de algumas pessoas, embaidas na cantinela de voto útil, é conseqüência do ambiente de estufa e de obscurantismo político cultural de que recém estamos querendo sair. Como querem esses arautos do tal voto útil que se construa no Brasil uma democracia, se não querem permitir ao povo a existência do pluripartidarismo, com propostas diversificadas entre as quais o eleitor pode votar? Querem

---

no resto do Brasil manifestasse apoio pelo PMDB. No Correio do Povo de 13 de agosto, Brizola defende-se afirmando que no RJ, o PC, o MR-8, o PC do B, entre outros apoiariam o “chaguista” Miro Teixeira do PMDB, enquanto Prestes não se definira ainda. No entanto, posteriormente na campanha Prestes delega apoio a Brizola e faz comícios em ajuda a este.

<sup>131</sup> *Zero Hora* 03/09/1982, p. 09.

<sup>132</sup> *Zero Hora* 06/10/1982, p. 10.

amarrar o [e]leitor numa única alternativa, que hoje não é mais Oposição [...] [sic]<sup>133</sup>

De modo que tenta desvincular o PMDB da memória do MDB.

Em última análise verificamos a questão sobre a perspectiva de Leonel Brizola

Esta história de voto útil é uma vergonha, porque transforma o cidadão em apostador numa corrida de cavalos e reduz a dignidade de um ser humano a um oportunista que só votaria naquele que vai ganhar, para um cidadão digno, só existe um voto que é o voto da consciência.<sup>134</sup>

Nessa passagem, o então presidente nacional do PDT tenta utilizar a questão do voto útil e consciente através de uma perspectiva moral, de modo que o eleitor deveria seguir a consciência, ou seja, votar nas idéias e no partido. O fato a ser destacado deste expediente do PDT é que, embora não possamos medir o alcance do voto consciente, este foi basicamente criado em função do *slogan* do “voto útil” peemedebista, que se vinculava ao momento histórico da eleição.

### 2.2.3. O trabalhismo

Nesse momento, cabe apresentar a forma que o PDT pretendia se colocar diante do eleitorado, como a “única oposição”, bem como, seu movimento o “trabalhismo”, confundido com o partido e seus candidatos, que excluía os antigos petebistas que procuraram o PMDB. Nesse ponto, revelamos uma disputa pela memória dos antigos trabalhistas e do próprio trabalhismo.

Muito em função da incorporação do PP e da presença de ex-arenistas no PMDB, que o PDT se posicionava como “única oposição” e como único capaz de “mudar” a situação seja social, econômica ou política, já que não teriam ou queriam fazer que não tivessem políticos arenistas no partido. Alceu Collares exemplifica essa noção quando, num discurso comparando PMDB e PDS, afirma: “nenhum deles quer mudar o status quo, ambos são constituídos de liberais. O PDT por sua vez, quer transformação das estruturas e reorganizar as instituições brasileiras.”<sup>135</sup>. Verificamos ainda a *ideia-força* com Ludovino Fanton, Secretário-geral do PDT nacional, quando assevera que o “PDT oferece-se ao eleitorado como único partido verdadeiramente de Oposição, com raízes nos ideais de Getúlio Vargas desde a

---

<sup>133</sup> *Zero Hora* 09/11/1982, p. 08.

<sup>134</sup> *Correio do Povo* 02/11/1982, p. 08.

<sup>135</sup> *Zero Hora* 10/09/1982, p. 08.

revolução de 1930 [...]”<sup>136</sup>, posicionando o PDT novamente no lugar de oposição verdadeira, contudo agora alentando uma memória ligada ao “trabalhismo” e a seus grandes líderes.

A principal maneira com que o PDT afirmava ser a “verdadeira oposição” aparece nos discursos do partido através da vinculação com o “trabalhismo”<sup>137</sup>. O PDT utiliza a imagem de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola, membros do antigo PTB, com fins eleitorais. Para Grill<sup>138</sup> isto implica a utilização dos chamados “ícones” ou “pais fundadores”. Getúlio Vargas e sua linha intitulada de pragmático-getulista do “trabalhismo”, tendo como bíblia a “carta-testamento”, são também os legados que o PDT procura evidenciar, além do fato de que a ditadura teria sido feita contra o trabalhismo e seus líderes.

Essa “utilização política” do que Grill chama de “tradição trabalhista”, marcada por “ideias” e “marcos objetivos”, é a formulação de uma *genealogia simbólica* ou uma *linhagem mitológica* que serve como recurso eleitoral<sup>139</sup> e para a criação de *capital simbólico*. Assim, o carisma, a figura dos líderes, seus feitos que lhe dão o chamado *capital heróico*, sua ascensão política, entre outros elementos, são reclamadas pelos pedetistas. Segundo Grill, isto acontece porque os agentes “reivindicam o papel de sucessores reivindicando a posse de qualidades semelhantes ao ancestral e o reconhecimento disto por parte dos demais seguidores”<sup>140</sup>, além disso, assumem o papel de herdeiros a fim de incorporar o prestígio do líder. Consoante o autor, “as demonstrações de lealdade aos antepassados e as proximidades familiares, políticas e sociais com os ícones ligados a esferas transcendentais e perenes da vida social ativam a “tradição política”.”<sup>141</sup>

Nesse sentido, muitas vezes, os pedetistas citam a continuação das reformas de base de João Goulart<sup>142</sup>, ou até mesmo o fato de que a ditadura teria sido feita contra o “trabalhismo”, reafirmando a sua vinculação com o passado e, automaticamente, ao oposicionismo como mostra Lamaison Porto, ex-secretário do governo Brizola, e na época fora da política partidária, quando afirma que “[...] o trabalhismo, representativo dos interesses e aspirações populares, é o movimento social mais antagônico ao regime e ao Sistema pós-64 [...]”<sup>143</sup>. Para

<sup>136</sup> Zero Hora 28/08/1982, p. 08.

<sup>137</sup> Não procuramos discutir a ideologia do trabalhismo ou seus princípios, mas apenas evidenciar o seu caráter fixado de “tradição política”, com o qual os partidos vão disputar a sua vinculação ou não.

<sup>138</sup> GRILL, op. cit.

<sup>139</sup> Ibid., pp 286.

<sup>140</sup> Ibid., pp 291.

<sup>141</sup> Ibid., pp 292.

<sup>142</sup> Zero Hora 09/11/1982, p. 12.

<sup>143</sup> Zero Hora 09/11/1982, p. 12

Grill, essa “tradição política” contemplaria alianças e seguidores, no nosso caso é um recurso eleitoral. E este também opõe o PDT ao PMDB, que disputam esta memória e este legado<sup>144</sup>. A origem “trabalhista” ou a apropriação desta leva a alguns atritos principalmente entre as grandes lideranças dos partidos.

Um exemplo da disputa pela memória trabalhista é visível no período das homenagens ao aniversário de morte de Getúlio Vargas, que se deu durante a campanha eleitoral, quando o PDT condena a prestação de homenagens por parte do PMDB, pois como registra o dirigente pedetista, João Satte, a presença do comando peemedebista “seria uma afronta à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas [...], já que é constituído de correntes políticas como a UDN do Sr. Carlos Lacerda o homem que levou Getúlio ao suicídio.”, assim observamos que os pedetistas não querem “dividir” a memória “trabalhista” e colocam os outros em oposição a esta.

Outro exemplo podemos observar diante das acusações feitas a Pedro Simon, que era egresso do antigo-PTB e seguidor declarado de Alberto Pasqualini, entretanto, segundo os políticos pedetistas, não teria mantido sua palavra em se juntar a Brizola no seu partido, de modo que é considerado traidor do próprio trabalhismo.

Verificamos, portanto, que a memória do “trabalhismo” além de ser utilizada para aumentar o prestígio do PDT, também é colocada como sendo algo que somente este partido pode reclamar, sendo os outros ou inimigos, ou traidores deste movimento identificado com oposicionismo.

### 2.3. O voto útil

A tática do voto útil foi o grande trunfo do PMDB em termos de *slogan* de campanha. Buscando uma “unidade oposicionista”, o discurso era pelo voto no maior partido de oposição, a fim de derrotar o PDS. Essa tática teria como principal ponto a ser atingido as bases do PDT.

A estratégia eleitoral do voto útil, que tem indicativos<sup>145</sup> de ter sido criada pelos agentes comunistas do PMDB, é salientada freqüentemente na campanha peemedebista e é o

---

<sup>144</sup> Há referências dos peemedebistas como Wilson Vargas, que considera-se trabalhista afirmando que esta “é uma doutrina que [...] não pode ser contida em uma ou outra sigla. [...] ninguém tira do PMDB o privilégio de portar a bandeira de Getúlio na trajetória histórica do Rio Grande e do País.”. *Zero Hora* 24/08/1982, p. 09. Legitimando a demanda do PMDB pela “tradição” do trabalhismo.

<sup>145</sup> Na *Zero Hora* de 13/08/82, Carlos Augusto Souza, dirigente do PDT, afirma que os comunistas teriam criado o voto útil e o autor César Figueiredo assegura que “Segundo depoimento de militantes do período, algumas

motor para a formulação de grande parte das outras *idéias-força* que estudamos nesta pesquisa.

Ferreira<sup>146</sup> faz um exame detalhado de como esta tática foi formulada, tanto para o Rio Grande do Sul, quanto para o nível nacional. Segundo a autora, para a escolha de uma estratégia eleitoral, que tem como ponto fundamental maximizar ganhos eleitorais, deve se levar em conta 1) as condições de emergência de um discurso eleitoral, ou seja, o momento histórico que este está inserido; e 2) a escolha do tema a ser usado para a verificar quem será atingido. Assim, a luta contra o regime e pela democracia, que segundo Ferreira, eram temas amplos que interessavam a grande parte da sociedade, será o grande assunto posto em voga pelo PMDB.

Nesse sentido, com o inimigo construído, ou seja, o partido do governo e tendo a máquina eleitoral do MDB<sup>147</sup>, o PMDB busca uma polarização da eleição<sup>148</sup> e apresenta-se como único partido de Oposição capaz de conseguir uma grande vitória em nível nacional contra a ditadura.

O peemedebista, deputado líder, da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, Lélío Souza exemplifica esse caso:

[...] o voto no PMDB reveste-se da utilidade política retratada na real possibilidade de provocar mudanças. Essa eficácia para promover mudanças somente o PMDB possui devido à sua proposta e à sua expressão nacional com candidatos em todos os Estados e efetivas possibilidades de vitória. O PMDB converteu-se no eixo polarizador da inconformidade e desencanto. Daí a conclusão: voto útil, voto para valer, voto para mudar é voto no PMDB<sup>149</sup>

A partir disto, o que buscamos neste momento é verificar como isso atinge o PDT, já que seria o partido a disputar os mesmos votos que eram dados para oposição no bipartidarismo. Há, portanto, um acirramento da disputa com os pedetistas, que não aceitam a tática peemedebista do voto útil. Odacyr Klein aponta que

palavras de ordem, que o PMDB adotou na eleição de 1982 eram slogan do PCB, como o *slogan* do **Voto Útil**, sendo o jornal comunista Voz Operária um dos primeiros veículos de comunicação que propagou tal premissa” FIGUEIREDO, op. cit., p. 96.

<sup>146</sup> FERREIRA, op. cit.

<sup>147</sup> Se verificarmos as condições dos dois partidos naquela eleição, fica claro que o PMDB é maior que o PDT, já que não teria candidato em apenas 8 municípios, enquanto o segundo não lançara candidatos em mais de 40, tendo perdido a chance de ser votado em outros 20. Nesse momento, devido à vinculação total dos votos, ter candidatos à vereança e prefeituras na maior quantidade de cidades possíveis era fundamental para garantir voto ao candidato ao governo do estado, sendo portanto o PDT prejudicado em relação ao PMDB.

<sup>148</sup> FERREIRA, op. cit., p. 129.

<sup>149</sup> *Zero Hora* 18/09/1982, p. 10.

Em razão da realidade política que vivemos, tenho afirmado que existem duas maneiras de votar no PDS: uma diretamente, votando em Jair Soares; a outra, indiretamente, votando em partidos de oposição sem condições de derrotar o partido do governo<sup>150</sup>

De maneira que o PDT é considerado pequeno e incapaz de vencer, sendo apenas um divisor, como verificamos segundo Pedro Simon:

quem achar que o PDT ou o PT tem maiores possibilidades de suplantar o governo que vote neles, mas aqueles que, examinado a realidade política gaúcha e brasileira, concluírem que o nosso partido é o único com potencialidades para ganhar as eleições em todo o Brasil, que vote no PMDB<sup>151</sup>

Ainda segundo o candidato do PMDB ao governo do estado, comentando o apoio de Brizola a Collares: “a bipolarização PDS-PMDB no Estado é uma evidência incontestável e tentar beneficiar um dos partidos menores de oposição seria dar as cartas para o PDS ganhar”<sup>152</sup>.

Fica transparente que o PMDB quer se construir como o partido que pode vencer o grande inimigo, o PDS, sendo, a partir do retorno do *voto plebiscitário*, que em outros tempos deu vitórias ao MDB<sup>153</sup>, o voto do sim ou não ao regime. Deste modo, o PDT surge como um adversário na busca pelos votos oposicionistas, e é a partir do lançamento deste *slogan*, do voto útil, que o PMDB vai montar suas outras estratégias e discursos durante a campanha<sup>154</sup>.

### 2.3.1. PMDB: o local da unidade

Os peemedebistas tentaram passar a imagem do plebiscito na campanha, da oposição contra o regime, em que seu caráter de frente e de partido que agregaria todos os insatisfeitos com o regime é colocada em relevo. Nesse ponto, destaca-se uma disputa com Leonel Brizola.

Como temos tentado demonstrar, a partir da tese do voto útil, o PMDB se apresenta como o grande partido de oposição, clamando novamente pelo voto plebiscitário que deu

---

<sup>150</sup> *Zero Hora* 20/10/1982, p. 08.

<sup>151</sup> *Correio do Povo* 14/10/1982, p. 08.

<sup>152</sup> *Correio do Povo* 26/10/1982, p. 08.

<sup>153</sup> FERREIRA, op. cit., p. 122.

<sup>154</sup> Uma das estratégias frequentemente apregoadas como pertencentes ao PMDB e seguidamente criticada pelos políticos pedetistas, é o chamado “Aliciamento”, que se constituía na tentativa de fazer os candidatos em nível municipal, especialmente, do PDT, mas também do PT, desistirem das eleições e/ou apoiarem o PMDB, já que pretendia ser único capaz de derrotar o PDS. Os periódicos remetem a casos recorrentes de troca de partidos, sendo mais comum a ida do PDT para o PMDB, portanto, ainda que os pedetistas negassem, esta ação funcionou realmente. O exemplo mais destacado disto se deu na ida do ex-secretário do governo de Leonel Brizola e fundador do PDT, Justino Quintana, para o PMDB.

vitórias ao MDB em 1974 e 1978, a fim de tentar polarizar a eleição com o PDS. A partir deste pressuposto, ao mesmo tempo em que se coloca como local da unidade oposicionista e único capaz de vencer, posiciona o PDT como o divisor e o que faz o “jogo do governo”.

Um exemplo da identidade de união que promovem os peemedebistas é visível na expressão de Odacyr Klein ao liderar uma passeata, afirmando que

Quiseram usar da incompetência para dividir a oposição, mas na hora eleitoral o povo está unido, e este tipo de caminhada cívica é a demonstração de que o PMDB é o local da unidade, pois aqui estão conosco também o PTB e o PDR.<sup>155</sup>

O candidato a vice-governador ressalta a tentativa do governo de dividir as oposições e o apoio de partidos que não concorrem no Rio Grande do Sul. Nesta mesma linha segue Pedro Simon ao comentar o apoio do PTB:

todos os trabalhistas ficaram unidos nestes anos de ditadura, na luta do povo que teve a persistência em resistir. Desde o início, os trabalhistas ajudaram na construção da unidade. E o gesto de apostarem no PMDB onde já estavam muitos trabalhistas, seguidores de Vargas, vem somar na luta de toda a sociedade para derrotar este modelo a 15 de novembro.<sup>156</sup>

Pedro Simon propõe que os trabalhistas fora do PMDB, ou seja, os pedetistas, seriam divisores, sendo ainda mais claro no contexto das homenagens ao aniversário de morte de Getúlio Vargas, comentando que

Nas faixas que nossos irmãos do PDT deixaram aqui, é dito que eles constroem seu partido, e com Brizola. É um direito que respeitamos. Contudo preferimos ficar com a faixa que diz “o meu sacrifício vos manterá unidos”. Esta frase aponta para a necessidade de unidade numa hora como esta que estamos vivendo.<sup>157</sup>

Essa citação faz referência à carta-testamento de Vargas. Em outro momento, ainda em embate com os pedetistas, Pedro Simon admite que

enquanto o governo tem seus esquemas casuísticos para se perpetuar no poder, algumas pessoas ficam se preocupando com o PMDB. Dizem que o PMDB é

---

<sup>155</sup> *Zero Hora* 4/09/1982, p. 15.

<sup>156</sup> *Zero Hora* 16/08/1982, p. 12.

<sup>157</sup> *Zero Hora* 25/08/1982, p. 08

uma frente. Mas eu digo, que ele é mais do que um partido ou uma frente, ele é o povo brasileiro unido contra o atual modelo.<sup>158</sup>

Fica patente a noção de colocar o PMDB num pólo da disputa, sendo o outro, o PDS, buscando a memória do MDB de união dos “contra” o regime em apenas uma sigla, além de defender a presença de várias correntes em seu partido, como mostra Odacyr Klein ao asseverar que “a presença de Sinval Guazzelli no PMDB é uma demonstração eloquente de que o nosso partido é o local de onde estão unidos todos aqueles que querem derrotar o governo em 15 de novembro”<sup>159</sup>.

A partir deste discurso, surge outro para colocar o PDT no lugar de divisor ou aquele que corrobora com a estratégia governamental.

### 2.3.2. PDT divisor da oposição

Esse tema coaduna com o discurso peemedebista de que o PDT não tem chances de vencer, sendo, portanto, instrumento do PDS para tirar votos do PMDB e para dividir as oposições, de modo que, ao contrário do último, não mantém a união oposicionista.

A discussão aqui se dá no contexto da criação do PDT, já que, com a proibição das coligações eleitorais, o pluripartidarismo claramente era um subterfúgio do regime para as eleições, como viemos atentando. Com base nisso, o PDT faria o jogo do governo, segundo o PMDB, por concorrer para fragmentar os votos que seriam direcionados à oposição, além disso, é referida muitas vezes uma ligação entre PDS e PDT para deslegitimar a candidatura do primeiro.

Odacyr Klein nos exemplifica quando elucida uma reunião de Alceu Collares com o general João Figueiredo, indicando que poderia ser ali que o PDT tenha pensado em fazer o “jogo governista”

o Alceu Collares, líder de plantão do MDB, aparteando Getúlio Dias que defendia a divisão, disse que não era hora de dividir, que vivíamos numa ditadura e que tínhamos de ficar unidos para enfrentar o arbítrio, dividir era fazer o jogo do general Golbery. Posteriormente, Alceu Collares, a pretexto de discutir a lei de política salarial, teve audiência com o general Figueiredo, para logo depois se tornar candidato do PDT ao governo do Estado.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> *Zero Hora* 13/11/1982, p. 10.

<sup>159</sup> *Correio do Povo* 21/09/1982, p. 09.

<sup>160</sup> *Correio do Povo* 21/09/1982, p. 09.

Nessa mesma linha José Fogaça comenta a visita de Brizola ao Rio Grande do Sul

Leonel Brizola se transformou no maior cabo eleitoral do PDS em todo o Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul, mesmo sabendo que é impossível a vitória de Alceu Collares, conforme atestam todas as pesquisas, mesmo tendo consciência do grande mal que está causando à Oposição, Brizola insiste em dividir. Parece que seu objetivo é um só: minar, a qualquer custo, a unidade que a consciência popular vem construindo. [...] tristemente o presidente do PDT vai passar pela história como o homem que mais ajudou o governo nestes 20 anos. É tão gritante e tão escandalosa sua ação antioposicionista que já se torna quase impossível explicar o papel de Brizola na atual conjuntura. [...] pessoas simples afirmam que o ex-governador está a serviço da ditadura militar e da sua preservação. Se ele, por acaso, vencer no Rio de Janeiro, será o único governador do PDT em todo o Brasil. Vai estar completamente isolado. Exatamente como o general Golbery queria. Sabidamente, Brizola não irá aliar-se ao PMDB no Congresso e a nível nacional, pois só o que faz é criticar o maior partido de oposição. Aí será desvendado o enigma: Brizola irá fazer aliança com o PDS. Será inevitável e necessário até para a sua sobrevivência política.[...]

Na verdade – prosseguiu Fogaça – ele nunca teve pudor em se aliar á extrema direita, pois já o fez em 58, quando uniu-se ao PRP integralista para vencer as eleições no Estado. O sintoma mais evidente dessa composição futura de Brizola com o governo federal é o fato de que, no Rio de Janeiro, ele não ataca o regime instalado em 64. Este País está dominado por um governo autoritário, cruel, há quase 20 anos e o único mal que Brizola vê no Brasil é o chaguismo”. Finaliza afirmando que Brizola será visto como “um simples auxiliar, servil e domesticado, do mais negro e cruel regime autoritário que este País já viveu.<sup>161</sup>

Dessa forma, verificamos que os enunciadores do PMDB querem mostrar que o PDT está dentro da estratégia governamental, percebida pelos peemedebistas, de dividir para dominar, de modo que os peemedebistas, portanto, seriam o partido de oposição verdadeira por não dividir na hora das eleições.

### 2.3.3. PMDB igual ao MDB

Os peemedebistas se orgulhavam da sua “história de luta democrática”, imputando para si a identificação com o antigo MDB do bipartidarismo. Assim pretendemos analisar de que maneira ocorreu essa identificação e como apareceu nos periódicos pesquisados.

Como o PDT utiliza-se da vinculação com o “trabalhismo” como forma de se apropriar do prestígio dos seus líderes e do próprio *capital simbólico* que esta “tradição política” pode fornecer, a fim de transformá-lo em recurso eleitoral, o PMDB utiliza da “memória” do MDB e do seu histórico de lutas por direitos políticos e sociais ao longo da ditadura militar como forma de angariar votos nas eleições de 1982.

---

<sup>161</sup> Zero Hora 02/11/82, p. 11.

Assim como Grill coloca para o caso do “trabalhismo”, os grandes feitos delegam *capital heróico*, que também servem para os partidos se apropriarem a fim de terem maior força eleitoral. Pedro Simon evidencia este expediente ao assumir que “o PMDB não mudou essencialmente nada em relação ao MDB.”<sup>162</sup> Entretanto, diferentemente, do caso do PDT, que se utilizava de “ícones” e “pais fundadores”, a *genealogia simbólica* ou *linhagem mitológica* que os peemedebistas buscam construir e afirmam ser herdeiros, não é da figura de um líder ou personagem, mas do próprio partido, o MDB e sua trajetória durante o regime militar.

Essa proposição se formula não só para reclamar uma memória recente do eleitorado, mas como forma de defesa das acusações do PDT de que o PMDB estaria coadunando com o governo e o regime, através da presença dos ex-arenistas. Como demonstra o então deputado Ibsem Pinheiro, ao afirmar durante as cerimônias de homenagens a Vargas, que o PMDB faria assim como fazia o MDB, apontando que “aproveitamos para reiterar nossos compromissos com a história de luta que o partido vem travando desde o primeiro momento, em 18 anos de resistência, transformando-se na mais cara criação da história política do Brasil.”<sup>163</sup>

A campanha foi acirrada, já que estávamos diante da “maior eleição do Brasil” e as chances da oposição eram boas, não obstante suas expectativas foram malogradas diante da divisão das oposições e da estratégia governamental, o que permitiu a existência da disputa entre a oposição no jogo político eleitoral.

---

<sup>162</sup> *Zero Hora* 22/10/1982, p. 08.

<sup>163</sup> *Zero Hora* 25/08/1982, p. 09.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da transição política brasileira da ditadura para democracia, iniciado em 1974, ainda não tem sido devidamente apropriado pela História. Desta maneira, neste estudo, buscamos analisar este período enfocando uma das decorrências deste momento da história política brasileira, que tem muito dos seus personagens atuando nos dias de hoje no cenário político partidário.

Verificamos que, de 1974 até 1982, há uma revitalização do processo eleitoral, que mesmo tendo continuidade após o golpe de 1964, foi propositadamente destituído de interesse, ao passo que a oposição só vai ter proeminência quando puder utilizar da luta pelos votos para ocupar espaços políticos, ainda que de um legislativo privado de suas prerrogativas e, posteriormente, de estados pouco autônomos num regime centralizado pelo governo federal.

O fundamental é a preponderância do governo no controle das regras do jogo político, principalmente ao negociar com a oposição de elite, os partidos políticos, ora aumentando, ora diminuindo suas liberdades de ação e meios de recorrer ao eleitorado.

O estado do Rio Grande do Sul, na medida em que aumentaram os espaços da oposição, acompanhou o crescimento desta, e não obstante, será o único estado em que a estratégia governamental posta em prática em 1982 funcionará e culminará com a vitória do regime já no seu desenlace.

Os resultados eleitorais de 1982 revelam que no Rio Grande do Sul, a maior parte do eleitorado votou na oposição, que ficou com 49,6%<sup>164</sup> dos votos, enquanto o PDS com 33,0%<sup>165</sup>, mantendo o caráter de “reduto oposicionista”, que ganhou com as eleições anteriores, porém, a vitória foi do partido do governo, ainda que com uma margem pequena de votos.

Em grande medida, esse resultado final se deu pela divisão oposicionista, diferente do caso do Rio de Janeiro, onde concorreram 5 partidos, sendo 4 considerados de oposição, mas venceu Brizola do PDT; no Rio Grande do Sul, ainda que com o eleitorado da situação reduzido em relação a 1978, o triunfo foi do PDS. O que foi considerado uma surpresa diante

---

<sup>164</sup> AYDOS, 1988, op. cit., p. 10.

<sup>165</sup> Ibid.

da “tradição” oposicionista do estado, caso parecido ao de Pernambuco, onde também venceu o PDS.

Mesmo assim, em nível nacional, os partidos de oposição obtiveram mais que o dobro dos votos da situação, além de terem elegido 10 governadores, principalmente, nos estados importantes como Rio de Janeiro com o já citado Brizola, único governador eleito que não pertencia ou ao PMDB ou ao PDS, em São Paulo, com Franco Montoro do PMDB, assim como os também peemedebistas Tancredo Neves em Minas Gerais e José Richa no Paraná. O PDS conseguiu 12 estados, principalmente, no Nordeste.

Nesse novo contexto, a transição política vai paulatinamente saindo do controle do governo Central do presidente João Figueiredo, de modo que o poder de negociação e barganha da oposição aumenta.

O Colégio Eleitoral que votaria para a escolha do futuro presidente em 1985 fora eleito em 1982 e, ainda que a partir da legislação ditatorial, elege o primeiro presidente civil, indiretamente, Tancredo Neves com José Sarney, ex-PDS, como vice. Os eventos posteriores, a morte de Tancredo e com José Sarney assumindo a presidência demonstram a continuidade de agentes da ditadura militar na política brasileira.

Não pretendemos discutir se a eleição do presidente civil dá fim à transição política brasileira, como aludimos no primeiro capítulo, essa discussão não tem consenso e deve ainda ser mais problematizada pelos estudos históricos e da ciência política. O que fica patente é a importância do processo eleitoral no Brasil e o ganho de força da oposição, que culminam com a saída dos militares da vida política do país.

Nosso trabalho, ao focar 1982, verifica no Rio Grande do Sul, que em função da disputa de votos entre PDT e PMDB, acontece um embate no âmbito discursivo, em que os agentes dos partidos produzem *idéias-força* que colocam ambos em relação contrastante, e ao mesmo tempo, moldam um partido em relação ao outro, como cada um quer se apresentar ao eleitorado, diferenciando-se.

Percebemos um maior investimento nessa disputa por parte do PDT, que muitas vezes aparece mais crítico ao PMDB, que ao inimigo comum, o PDS. O PMDB ataca os pedetistas, mas procura se colocar como tendo o PDS como “verdadeiro” rival ou um rival a altura.

Fica patente a intenção de ambos de se colocarem como “verdadeira” ou “única” oposição, aqueles que podem fazer a “mudança” e as transformações necessárias para sair da crise econômica que caracteriza o período. O PDT busca colocar o PMDB como igual ao PDS e destituí-lo da característica oposicionista, bem como o PMDB acusa o PDT de ser ajudante

do PDS e contribuinte de sua vitória. Ambos buscam se apoiar em “tradições políticas”, o PDT no trabalhismo de 45-64, e o PMDB no MDB de 66-79, cada um evidenciando suas lideranças e o papel destas tradições na história política brasileira, buscando confundir-se com os antigos movimentos.

Outro ponto é o trunfo do PMDB, com o chamado “voto útil” e a busca de monopolização da oposição como na época do MDB. Enquanto isso, o PDT combate com o voto consciente, que significava votar em um “partido político”, visto que consideravam o PMDB uma frente com grande mescla de ideologias e rivalidades políticas variando da esquerda para a direita, principalmente com comunistas e ex-arenistas.

Para entendermos o momento histórico e o contexto político das eleições de 1982, as *ideias-força* elencadas são de grande valia, já que dizem muito de como os partidos se colocaram diante das modificações das regras do jogo político por parte do governo, bem como responderam à divisão das oposições e também à *liberalização* do regime político.

A gradualidade e a lentidão são características da transição política no Brasil, assim como a permanência de agentes ligados ao regime militar por muito tempo na política brasileira. As eleições de 1982 são um marco por abrir maiores espaços para a oposição, ao mesmo tempo em que mantém a preponderância do regime e dá longevidade a sua instituição política, mesmo após o fim dos governos militares com o novo presidente José Sarney, em 1985, sendo antigo membro da ARENA e do PDS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins. *Testando o modelo teórico de Pierre Bourdieu: um estudo empírico de elites políticas*. Curitiba, trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, UFPR, 2005.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.
- ARTURI, Carlos S. Theoretical debates on changes in political regimes: the case of Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 11. Curitiba, 2001. pp. 11-31. Disponível em [redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801703.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/pdf/238/23801703.pdf) Acessado em 24/06/2011
- \_\_\_\_\_. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.
- \_\_\_\_\_. Dossiê transição política. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 17, novembro de 2001, p. 7-10.
- AYDOS, Eduardo Dutra. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. In: *Texto para discussão: Programa de Mestrado em Ciências Políticas*. Porto Alegre, n. 3, outubro 1988.
- BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1984.
- \_\_\_\_\_. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: BAQUERO JACOME, Cesar Marcello (org.). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1984
- \_\_\_\_\_. O Multipartidarismo e o realinhamento eleitoral no Rio Grande do Sul nas eleições de 1982. In: *Texto para discussão*. Programa de Mestrado em Ciências Políticas. Porto Alegre, n. 2, julho 1988.
- \_\_\_\_\_ & FILHO, Arnaldo S. Paradigma de Converse: sistema de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, vol. 13. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1985. pp. 239-253.
- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições e mudanças políticas no Brasil nos 80: Análise a partir de uma unidade subnacional (Pelotas, RS). In: *Pensamento Plural*, Pelotas, janeiro/junho 2009, p. 11-35. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/04/01.pdf>. Acessado em 20/06/2010
- BOMBARDELLI, Maura. *Por um trabalhismo autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*. Trabalho de conclusão de curso em História, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Penser la politique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, juin 1988, p. 2-3.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. pp. 161-166.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, novembro de 2005, p. 83-106.

CORADINI, O. *Em nome de quem?* Rio de Janeiro: Relumé-Dumará: UFRJ: Núcleo de Antropologia Política, 2001.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma Aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. Conferência de abertura do Colóquio *Fontes periódicas: imprensa política e cultural latino-americana* do PPG da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, v. 13. Porto Alegre, 1995, pp. 19-29.

FERREIRA, Denise Paiva. *Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982*. 1991.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A relação dos PC's e o MDB-PMDB na transição do regime democrático e a eleição de 1982 no Rio Grande do Sul In: *Encontro Anual da Anpocs* (33. : 2009, out. 26-30 : Caxambu, MG). Programa e resumos. São Paulo: Anpocs, 2009.

FLEISCHER, David (Org.). *Da Distensão á abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. pp. 59-84

GRILL, Igor Gastal. *As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

\_\_\_\_\_. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 2003.

GRYNSPAN, M. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, outubro de 1990, p. 73-90.

HUNTIGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização do final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

KINZO, Maria D'Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_. As eleições de 1982 e a abertura política em perspectiva. In: TRINDADE, Hégio Henrique Casses. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre : Sulina, 1982.

\_\_\_\_\_. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo Melo & SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. In: *Pensamento Plural*, n. 06. Pelotas, 2010. pp. 57-69. Disponível em [www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf](http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/06/03.pdf) acessado em 24/06/2011

MARTINS, Luciano. A "liberalização" do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988

MOCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 17, novembro 2001, p. 61-74.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-277.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV: Ed. da UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, fevereiro 2002, p. 31-47.

SANTOS, Fabiano. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000, p. 637-669.

SANTOS, Maria Helena de Castro. O processo de democratização da Terceira Onda de democracia: quanto pesam as variáveis externas?. In: *Merdiano* 47, n. 115, fevereiro 2010, p. 15-18.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. Transição política e consolidação democrática no Brasil: novas reflexões sobre um velho tema. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 29, novembro de 2007, p. 209-214.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRINDADE, Héliqio Henrique Casses. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre : Sulina, 1982.

\_\_\_\_\_. & NOLL, Maria Izabel (coords.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul: 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

\_\_\_\_\_. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

XAVIER, Denise Walter. “*Cortando as amarras*” (?): análise da trajetória de Dercy Furtado (1942-1986). Porto Alegre, Trabalho de conclusão de curso em História UFRGS, 2009.